



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

ANDREZA MARIA FERREIRA

**ENGAJAMENTOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO *TWITTER*: análise da
construção de discursos de deputadas negras sobre o racismo**

MACÉIO - AL

2023

ANDREZA MARIA FERREIRA

**ENGAJAMENTOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO *TWITTER*: análise da
construção de discursos de deputadas negras sobre o racismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras e Linguística, da Faculdade de Letras, da
Universidade Federal de Alagoas para obtenção do grau de
Mestra em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Belmira Rita da Costa Magalhães

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

MACÉIO - AL

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Lívia Silva dos Santos - CRB 1670

F383e Ferreira, Andreza Maria.

Engajamentos e transformações sociais no twitter : análise da construção de discursos de deputadas negras sobre o racismo / Andreza Maria Ferreira. – 2023.
74 f.:il.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães.

Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 72-74

1. Rede social twitter. 2. Análise do discurso. 3. Racismo. 4. Mulheres negras.
I. Título.

CDU: 81'42:323.12

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por honrar a minha trajetória, pela sua infinita bondade e pelo amor que sinto em tantos momentos.

Agradeço a minha família, em especial, a minha mãe, Andréa, minha tia/madrinha, Célia, minha avó (*in memorian*), Quitéria, e meu avô, Cicero, por serem incondicionalmente dedicados a mim, bem como por sempre deixarem explícito o seu amor por mim, tanto por atitudes como por palavras.

Ainda agradeço as minhas amigas pelos momentos que vivenciamos, por terem sido escuta e apoio nos momentos de maiores dificuldades.

Estendo os meus agradecimentos a minha Orientadora Profa. Dra. Belmira Rita Magalhães pela sua capacidade de nós olhar como seres humanos e por não ter confiado em meu trabalho até o último momento.

Ainda estendo estes agradecimentos ao Prof. Dr. Diego Lacerda por sua paciência, bondade e palavras de conforto em tantos momentos conflituosos e, principalmente, por não ter me deixado sozinha em meio as tempestades burocráticas que rodeiam a vida acadêmica.

Por fim, agradeço a minha banca examinadora pela leitura e sugestões que trouxeram para a minha pesquisa, tanto no período de qualificação como em minha defesa.

Por todos aqueles que foram e são vítimas de atos de violência
em uma sociedade desigual e racista.

RESUMO

Nesta pesquisa, realizamos uma análise dos discursos sobre o racismo proferidos por quatro deputadas negras, brasileiras, militantes e ocupantes de cargos políticos no Brasil. O objetivo principal é analisar as sequências discursivas sobre o racismo, a partir de publicações realizadas por essas mulheres, em seus perfis, na rede social *Twitter*. Ainda buscamos compreender as posições discursivas assumidas e rejeitadas por esses sujeitos sociais a partir de formações discursivas, condições de produção e da memória discursivas, ademais interessa-nos desvelar possíveis engajamentos nos discursos proferidos que objetivem possíveis transformações sociais, bem como a relação entre as pautas defendidas por esses sujeitos políticos com os discursos a respeito das questões étnico-raciais. O *corpus* foi constituído a partir da captura de tela de publicações de quatro deputadas eleitas nas eleições presidenciais de 2018, que são: Áurea Carolina, Talíria Petrone, Renata da Silva e Erica da Silva. A pesquisa se desenvolve, em seu caráter teórico-metodológico, na Análise do Discurso de linha francesa (AD), tendo em vista que tratamos a linguagem aqui não como objeto transparente, mas carregada de sentidos ideológicos e determinações históricas. Deteremo-nos aos construtos teóricos postulados por Pêcheux (2014) e Orlandi (2020) para tratarmos da AD, ao nos orientarmos para as concepções de raça e racismo, elencamos Almeida (2019), e Munanga (2004), ainda para adentrarmos na categoria do trabalho e as relações de classes nos subsidiamos em Lukács (2013), Marx (2014), Netto e Braz (2012) dentre outros que se tornaram basilares para a construção teórica deste estudo. Cabe ainda destacar que trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, baseada em dados bibliográficos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Política. Mulheres Negras. Racismo. Capitalismo.

ABSTRACT

In this research, we carried out an analysis of the discourse of black women, activists, and holders of political positions about racism. The research establishes its main objective in the analysis of discursive sequences about racism, from publications made by these women, in their profiles, on the social network Twitter. We still seek to understand the discursive positions assumed and rejected by these social subjects from discursive formations, conditions of production and discursive memory. guidelines defended by these political subjects with speeches about racist issues. The research is developed, in its theoretical-methodological character, in the French Discourse Analysis (henceforth AD), considering that we treat language here not as a transparent object, but loaded with ideological meanings and historical determinations. We will focus on the theoretical constructs postulated by Pêcheux (2014) and Orlandi (2020) to deal with AD, when dealing with the conceptions of race and racism, we list Almeida (2019), and Munanga (2004), still to enter the category of Work and class relations are supported by Lukács (2013), Marx (2014), Netto and Braz (2012) among others that became fundamental for the theoretical construction of this study. This is a discursive research. The corpus was constituted from the screenshot of publications of 4 (four) deputies elected in the 2018 presidential elections.

Keywords: Discourse Analysis. Racism. Policy. black women

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SD	Sequência Discursiva
FI	Formação Ideológica
FD	Formação Discursiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DO DISCURSO COMO TEORIA	4
2.1 Pressupostos teóricos: Análise do Discurso francesa	5
2.2 Categorias de Análise	13
2.2.1 Condições de Produção	13
2.2.2 Memória Discursiva e Interdiscurso	15
2.2.3 Formação Discursiva	18
2.2.4 Formação Ideológica	20
3. TRABALHO, CAPITALISMO E RACISMO	21
3.1 Trabalho e a construção do Ser Social	21
3.1.2 Trabalho, Ideologia e Capitalismo	25
3.1.3 Bagagem Histórica: Raça, Racismo, Sociedade de Classes	38
3.1.4 Brasil e sua herança escravocrata	42
3.1.5 Movimentos de resistência negra.....	44
3.1.6 Inserção política feminina	48
4. ANÁLISE DISCURSIVA: sequências discursivas	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo destaca o tema do racismo, sobretudo, a construção de discursos que objetivam combater essa prática. Ao escolhermos este objeto de pesquisa, tomamos como *locus* a rede social Twitter e selecionamos os discursos de mulheres negras na rede social, ocupantes de cargos políticos.

Para a Análise do Discurso (AD) o sentido se constrói através de posições ideológicas determinadas no processo sócio-histórico. Assim, ressaltamos as palavras de Orlandi (2001, p.15) segundo a qual “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento.” Dessa forma, compreendemos que o discurso não se encontra estático no tempo e espaço, mas se configura dentro de uma sociedade, marcada pela divisão de classes sociais, e a partir de condições de produção históricas. Salientamos, portanto, a não neutralidade dos discursos, tendo em vista que nenhum discurso nasce do nada, mas, sim, de uma prática repleta de sentidos ideológicos.

É a partir desses pressupostos, brevemente apresentados, que nos dedicamos aos processos discursivos envolvendo a temática do racismo. É notória a expansão dessa temática no ciberespaço e, ainda, no âmbito político. Partidos políticos que se interessam por questões relacionadas a grupos minoritários, especificamente, o racismo, e provocam debates cujos espaços começam a ser ocupados utilizando as plataformas digitais para promover debates relacionados ao tema, como é o caso do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o qual escolhemos analisar os sujeitos deste estudo.

Ressaltamos que não buscamos, de maneira unívoca, com este estudo falarmos somente sobre discursos de teor racista proferidos contra pessoas negras, mas nos detemos a investigar construções discursivas de sujeitos, especificamente mulheres negras que ocupam posições de poder, que possuem o intuito de denunciar práticas racistas numa sociedade que historicamente foi marcada pela escravidão.

A escolha por evidenciar o racismo se inicia, como dito, por meio de um contexto histórico. Apesar de a escravidão no Brasil ter sido abolida há mais de cem anos, o que vivenciamos, cotidianamente, são as mais diferentes formas de violações sofridas por pessoas negras, as quais não se enquadram, unicamente, no trabalho forçado, mas se manifestam e ganham força em outros âmbitos, através do discurso, como é o caso dos ambientes virtuais.

Os novos meios tecnológicos estão em ascensão, as redes sociais digitais vêm ganhando espaço e ocupando um papel importante na sociedade moderna. Estes espaços apresentam a flexibilidade e a rapidez na transmissão de informações como vantagens para os milhares de usuários que se cadastram para usufruir de suas ferramentas, isto é, em qualquer lugar do mundo pessoas estão conectadas e são capazes de trocar mensagens instantâneas, possibilitando a produção de comentários, interações, debates e discussões sobre os mais diversos temas de maneira on-line.

O Twitter, plataforma selecionada para a constituição do nosso *corpus*, foi criado pela empresa Obvious, em 2006, e possui em média mais de 1 bilhão ¹de

¹ AHLGREN Matt. TWITTER ESTATÍSTICAS E FATOS PARA 50 + 2022. 26 de maio de 2022. Acesso em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.websiterating.com/pt/research/twitterstatistics/#:~:text=H%C3%A1%20um%20total%20de%201.3,s%C3%A3o%20postados%20todos%20os%20dias>.

contas ativadas em sua plataforma atualmente, sendo o Brasil o 2º colocado ²em números de usuários registrados no ambiente virtual, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

A rede social possibilita o diálogo entre os usuários de maneira individual ou coletiva, por meio de comentários entre si no espaço virtual. Essas aplicações tornaram a rede social um espaço de engajamento político, tornando-se uma ferramenta para ocupantes ou candidatos políticos expressarem suas opiniões, narrarem acontecimentos vivenciados e abrirem espaços de discussão com o eleitorado que também se utiliza da rede social.

Desse modo, em geral, objetivamos analisar como são construídos discursos de denúncia contra o racismo, a partir de sequências discursivas publicadas por mulheres negras, militantes e ocupantes de cargos políticos, neste caso, deputadas.

Especificamente, pretendemos: compreender as posições discursivas assumidas e rejeitadas pelos sujeitos sociais, a partir das formações discursivas, condições de produção e da memória discursiva. Ainda, identificar engajamentos nos discursos proferidos que visem possíveis transformações sociais, por meio de pistas discursivas identificadas nas postagens e, por fim, investigar como as pautas políticas defendidas por estas mulheres se relacionam com os discursos a respeito das questões racistas.

Assim, selecionamos, para a construção desta pesquisa, quatro perfis de mulheres ocupantes de cargos políticos, especificamente deputadas, no Twitter. Ressaltamos que se trata de uma rede social pública o que facilita o acesso e a utilização das postagens sem necessidade de um prévio consentimento.

Em um primeiro momento nos dedicamos ao arcabouço teórico do nosso estudo, debruçando-nos sob Análise do Discurso Pechêutiana (AD). Em seguida abrimos uma discussão acerca do trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, ainda neste momento nos debruçamos também sob os aspectos históricos do racismo, bem como suas contínuas manifestações na sociedade atual. Por fim, realizamos a análise de duas sequências discursivas embasadas na AD e em suas categorias analíticas.

2. ANÁLISE DO DISCURSO COMO TEORIA

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, pela qual buscamos compreender o funcionamento da sociedade por meio da história, tendo como objetivo geral analisar como são construídos discursos de denúncia contra o racismo a partir de SDs publicadas por deputadas negras no Twitter. A partir dessa perspectiva, ancoramo-nos sob o olhar teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, a qual foi inaugurada pelo filósofo francês, Michel Pêcheux, na década de 1960. Constituindo-se como um campo de entremeios entre as Ciências Sociais e a Linguística.

² O Brasil é o 2º colocado em número de usuários no Twitter. Acesso em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://ecmetrics.com/pt/o-brasil-e-o-segundo-colocado-em-numero-de-usuarios-do-twitter/>.

Partindo da compreensão da proposta articulada por Pêcheux, ao quadro epistemológico, que partiu da articulação entre três regiões do conhecimento: o Materialismo Histórico Dialético como alicerce das formações e transformações sociais; a Teoria do Discurso como aporte teórico para a determinação histórica; e a Linguística enquanto teoria de base dos processos sintáticos e mecanismos de enunciação.

De acordo com Pêcheux (2001), as perspectivas básicas da AD são: o sentido de uma determinada palavra ou de uma expressão e que uma proposição não existe em si mesmo, mas é percebida nos posicionamentos ideológicos os quais se configuram no processo sócio-histórico sendo neste que as palavras e expressões são produzidas. Para a AD, tanto as Condições de Produção amplas como as restritas constituem o discurso, sendo por meio destas que é tomado um determinado sentido e não outro.

Partimos da compreensão de que as Condições de Produção são fundamentadoras da existencialidade do dizer, das possibilidades do dito e também do não dito, possibilitando assim uma construção que ultrapassa os limites do texto e configura-se nos movimentos sócio-histórico.

Em conformidade com Orlandi (2020, p. 28) “elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção dos discursos”. Assim, entendemos que as condições de produção são descritas por meio do acionamento de conceitos, inclusas nos sentidos dos discursos pela história previamente acontecida.

É a partir destes efeitos de sentido consagrados pelos dizeres, fundamentados em determinadas condições de produção, que enquanto analistas de discursos procuraremos alicerçar a nossa pesquisa buscando fundamentarmos-nos nas pistas deixadas no decorrer desses dizeres, levando em consideração que aquilo que está sendo dito, em um determinado momento, já foi dito por outro alguém em condições diferentes e em outro momento.

2.1 Pressupostos teóricos - Análise do Discurso francesa

A Análise do Discurso de Linha Francesa (doravante AD) é o alicerce pelo qual construiremos esta pesquisa. Fundada por Michel Pêcheux (1969), a AD enquanto ciência encontra no discurso o seu objeto de estudo, conceituado nas palavras do próprio Pêcheux (2006, p. 56) como: “[...] o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação.”

Amparamo-nos na compreensão de que o discurso não é algo estático e estável, mas passível de interpelações e movimentos. Nas palavras de Eni P. Orlandi:

[...] Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2020, p.13).

Compreendemos que o discurso não é percebido somente através da gramática normativa ou em sentidos fixos da linguagem, mas, sim, no movimento ideológico, político e histórico do cotidiano social,

“[...] não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam (ORLANDI, 2020, p.14).

Partimos do pressuposto de que a história é um elemento significativo e constitutivo do processo discursivo dos sujeitos, sendo esses responsáveis pelas formulações e reformulações dos discursos nos/pelos sujeitos.

De acordo com Pêcheux (2014):

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as ‘práticas linguísticas’ inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no ‘estudo da linguagem’ e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos derivados da luta de classes (PÊCHEUX, 2014, p. 22, grifo do autor).

A AD considera a ideologia em sua fundamentação, apoiando-se na articulação com o político e o simbólico. Nesse movimento de articulação, Pêcheux se direciona para as ciências sociais, para trazer as contribuições do materialismo histórico para o movimento de articulação entre a língua e a história.

O autor, ao tratar sobre o discurso, direciona-se para a perspectiva materialista-histórico-dialética deste, compreendendo-o, portanto, através da historicidade das relações sociais. Ao pensarmos no materialismo, as concepções ressaltadas pelo autor nos levam a compreender que as relações sociais são, para além de relações entre indivíduos, relações entre classes distintas em situações conflituosas, como é salientado por Orlandi,

[...] a Análise do Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas

esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica. (2020, p.17)

Desse modo, compreendemos ser a linguagem uma extensão do trabalho, e é este último que ampara a teoria materialista do discurso. O discurso tem suas primícias no trabalho, logo, sendo a categoria ontológica, que mais a frente será abordada de maneira aprofundada, essencial para se discutir a *práxis social* e as relações de produção/ reprodução dos discursos pelos sujeitos, o trabalho aqui entendido como subsídio central, o qual permite ao homem modificar o mundo e a si mesmo, como é postulado por Marx (2014).

Ressaltamos ainda, que o discurso aqui não é entendido como uma construção sem dependência, distante dos movimentos sociais, ao contrário disso, nas palavras de Magalhães e Mariani:

[...] o discurso, não é, pois, uma construção de um sujeito independente das relações sociais e do condicionamento do inconsciente, mas, ao contrário, o fazer discursivo é uma *práxis* humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação e de como cada indivíduo processou através do seu psiquismo essas determinações. (2010, p. 406)

Ainda de acordo com Marx (2014), o trabalho possibilita a modificação do homem e do mundo, através da realização do novo, sendo esse um elemento central desse movimento de transformação. Seguindo esse pressuposto, o discurso se encontra inserido nessa atividade central humana, fazendo-se necessário relacioná-lo à categoria ontológica do trabalho, tendo em vista a compressão deste (discurso) no âmbito materialista.

No sentido ontológico, o trabalho:

[...] é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da maneira natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 2014, p. 149)

Ainda ressaltando o ser social em seu caráter ontológico, é nesse movimento que surge o conceito de *prévia-ideação*, isto é, o homem, de maneira *prévia*, idealiza aquilo que vai construir, não sendo afetado somente por

questões biológicas e inorgânicas, mas com objetivos pré-estabelecidos, e é nesse movimento que produz o novo.

O homem e a natureza se encontram intrinsecamente relacionados, tendo em vista que os subsídios para a manutenção da vida humana no meio social, advém dos movimentos de transformação da natureza pelo trabalho. Nesse contexto constitutivo do salto ontológico, o ser social adquire a responsabilidade pela construção de uma nova realidade no mundo material, à proporção que se enquadra ligações com a natureza e com outros homens no meio social.

É a partir do salto ontológico, proveniente do trabalho, que o homem rompe com a lógica da animalidade, e é a partir dessa consideração que reiteramos o caráter fundante do trabalho, de tal forma que todas as demais categorias, como por exemplo a linguagem, são desenvolvidas no processo de constituição do ser social, segundo Lukács:

É preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro qualitativamente diferente. [...] as características biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo. (2013, p. 43)

Compreendemos assim que diferente da relação do homem com a natureza, as relações estabelecidas entre os homens se constituem em um processo de complexidade social, fundamentando-se na necessidade material, e é neste ponto que o discurso, através da linguagem, é colocado como corroborador desses complexos nas relações sociais existentes.

Ainda,

[...] é a partir da atuação do homem sobre a natureza e da construção de relações entre os homens na produção, que se desenvolve a sociabilidade e, assim, as relações sociais vão assumindo uma complexidade ainda maior, dando origem a outros complexos, que apesar de serem fundados pelo trabalho não se reduzem a ele, como as práxis religiosa, filosófica, científica, artística, jurídica e política que vão reproduzir/ atuar de modo desigual e contraditório na reprodução/ transformação do ser social (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 51).

Ainda neste sentido, a linguagem emerge através das relações dos sujeitos entre si e da relação destes com a natureza, constituindo-se e constituindo os sujeitos, sendo por meio da produção e reprodução desta que ocorre o processo de transformação do ser social (SILVA SOBRINHO, 2007).

Logo, compreendemos ser a linguagem um elemento fundamental no processo de construção do ser social, partindo da compreensão de que é por

meio desta que se estabelece o contato entre os seres humanos, tornando-se, desse modo, possível a materialização de suas ideias por meio de ações próprias.

A linguagem possibilita o novo, mesmo sendo um elemento constitutivo dos seres, de maneira geral, somente o ser social utiliza-se dessa com intenções pré-definidas, com objetivos de assumir ou rejeitar determinadas possibilidades, além disso, com o pressuposto de atender às suas necessidades através dos movimentos de transformação da natureza.

Assim,

[...] é a partir da atuação do homem sobre a natureza e da construção de relações entre os homens na produção, que se desenvolve a sociabilidade e, assim, as relações sociais vão assumindo uma complexidade ainda maior, dando origem a outros complexos, que apesar de serem fundados pelo trabalho não se reduzem a ele, como as práxis religiosa, filosófica, científica, artística, jurídica e política que vão reproduzir/atuar de modo desigual e contraditório na reprodução/ transformação do ser social. (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 51)

Ademais, considerando o percurso que traçamos até aqui, a linguagem se alicerça enquanto linguagem porque é carregada de sentidos e estes sentidos só são permitidos porque esta está inscrita na história (ORLANDI, 2020).

A linguagem é um instrumento de produção humana, sendo o discurso, como já dito, carregado de ideologias com finalidades pré-estabelecidas. Por conseguinte, torna-se essencial nos direcionarmos para o pressuposto de que a linguagem produzida e reproduzida pelo sujeito não é pronta e acabada, mas um produto da materialização do acontecimento discursivo, isto é, carregada de ideologias e concepções sócio-históricas construídas pelo sujeito, considerando que este também não está alheio às concepções sociais e históricas, pelo contrário, encontra-se submerso nestas.

Ressaltamos que o sujeito aqui é considerado como um sujeito, afetado pelo real da língua e real da história, funcionando pelos processos inconscientes e ideológicos (ORLANDI, 2020). Ainda neste sentido o sujeito constitui os seus dizeres atravessados por outras vozes que não somente se enquadram nas condições sócio-históricas, mas também na memória discursiva e no esquecimento.

Ao pensarmos e adentrarmos na compreensão da história para o discurso, ressaltamos as palavras de Silva Sobrinho quando este afirma que:

[...] Pêcheux traz uma novidade quando reclama/ pergunta pela história e problematiza ainda mais a linguagem, ao dizer que: “uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se podem chamar ‘as práticas linguísticas’” (Semântica e Discurso, p.24). Reconhecer esse pressuposto é atentar para o fato de que o real do discurso está justamente nas suas determinações histórico-sociais; são elas que sustentam seus andaimes e, por isso, em hipótese nenhuma deixam de sustentar os processos discursivos e os efeitos de sentidos (SILVA SOBRINHO, 2007a, p.2).

Diante desse movimento de compreensão dos processos sociais e da possibilidade de apontar o discurso para a história, Pêcheux (2014) engata diversos de seus conceitos, sobretudo, o de sujeito discursivo, o qual tem como processo fundador o trabalho. É, pois, a partir dessa compreensão que se atrela o entendimento de que todo discurso está intrinsecamente relacionado às relações de produção, bem como ao momento histórico no qual se encontra inserido.

É diante destes questionamentos com os sentidos linguísticos trazidos pela Linguística Tradicional que Pêcheux funda a Análise do Discurso, uma ciência de entremeios que se constrói nos gestos interpretativos que estão para além do que é explicitamente dito no texto, também reafirmando os sentidos ideológicos que perpassam o discurso, o que torna a ideologia materializada por este.

A AD se postula diante do tripé do conhecimento: a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo. E é nesta confluência de regiões de saberes que a AD constitui um objeto de estudo: o discurso.

Na afirmação e constituição desse objeto de estudo, a AD distancia-se mais uma vez que até então vinha sendo consagrado, a linearidade dos elementos de comunicação, que agora passa a ser questionada. A AD perpassa os sentidos da língua enquanto código, decodificado no momento de enunciação pelos interlocutores e apresenta postulados que levam em consideração os processos discursivos firmados na significação, pensando não mais na mensagem, mas no discurso, construído e (re)produzido por um sujeito ativo, construído em imbricamentos sociais, históricos e também ideológicos.

Essa concepção discursiva reitera a perspectiva apontada por Pêcheux que afirma que a linguagem não assume um caráter neutro e transparente, mas se mostra efetivamente relacionada a lutas de classes, sentidos interpelados à

ideologia. Mais uma vez amparando-nos em Orlandi (2020, p. 36) para quem “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa.”

Assim, “o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe” (PÊCHEUX, 2014, p.91). Partimos, desse modo, da compreensão de que a linguagem é preenchida por diversos sentidos, sendo uma palavra dita ou não passível de inúmeras interpretações pelos interlocutores envolvidos. Sendo, portanto, um fator prevalente na composição desses gestos interpretativos, de um sentido ou outro assumido ou rejeitado pelos sujeitos, as relações de dominação consagradas em uma determinada sociedade.

Assim sendo, a partir dessas contribuições trazidas por Pêcheux torna-se possível compreender a dinâmica que configura a análise do discurso e o papel do analista, compreendemos, pois, que todos os gestos interpretativos que ancoram o processo de análise emergem das lutas sociais, desse modo permeado tanto pelo desigual como pelo contraditório (SILVA SOBRINHO. 2007a).

Ressaltamos ainda a importância de analisarmos o discurso a partir de uma perspectiva voltada às relações sociais, levando em consideração o contexto histórico que permeia o momento vivenciado caracterizado pela divisão em classes sociais antagônicas (MAGALHÃES, 2011a).

Nas palavras de Pêcheux:

[...] diremos que a indiferença da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e que, dissimetricamente, o fato de as classes não serem indiferentes à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes (PÊCHEUX, 2014, p. 82).

Pêcheux reconhece que é no discurso que os sujeitos sociais elaboram e reconhecem os sentidos históricos que o atravessam razão, pela qual “as fronteiras entre o linguístico e o discurso são constantemente deslocadas em toda prática discursiva, razão pela qual as ‘sistematicidades’ não funcionam sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 3).

Ainda neste sentido, compreendemos ser o discurso um produto social, especificado e caracterizado por um determinado momento histórico que se situa nas relações sociais pré-estabelecidas de produção e reprodução de sua existência, na qual os sujeitos falantes ao utilizarem-se do discurso produzem sentidos não neutros, mas atravessados pelas relações de classes.

Desse modo, entendemos que, no momento discursivo, os sujeitos re(produzem) os discursos de uma dada posição social, a partir de uma perspectiva de classes que difunde assim crenças, valores, percepções que estampam o lugar social ocupado por este. A partir dessa concepção torna-se válido destacar que esse lugar social previamente ocupado se solidifica em uma sociedade de classes que se alicerça no contexto de exploração/dominação construído de maneira conflituosa.

Salientamos ainda a importância de adentrarmos no campo da memória discursiva ao nos referirmos às produções discursivas, debruçando-nos sobre a compreensão de que essa assume um caráter de retomada a discursos já ditos, é, pois, no saber discursivo que ao pronunciarmos um discurso retomamos a outro pré-construído e já dito, configurando-se como a base desse dizer. Nesse contexto entendemos que as palavras não são propriedades de um ou outro sujeito, mas significam na/ pela história, assim o dito perpassa e significa em diferentes lugares (ORLANDI,2020).

Debruçando-nos sobre essa perspectiva, compreendemos que para caminharmos para os diversos gestos interpretativos possíveis na análise do discurso, precisamos, de antemão, depreendermos sobre as condições de produção que envolvem e se fazem presente no processo de emissão do discurso. Entendemos que essas condições de produção são previamente determinadas pelo real da história de produção e reprodução social no qual o sujeito está inserido.

Seguindo essas perspectivas até aqui apresentadas, compreendemos que a AD ampara-se em métodos e dispositivos teóricos. Assim, para a construção das análises, que mais a frente será realizada, devemos considerar as relações imbricadas no fazer discursivo, os acionamentos de memória, as formações ideológicas e imaginárias, assim como as condições de produção dadas na constituição do discurso. Desse modo, a partir de agora nos direcionamos para esses conceitos, considerando a relevância que esses

apresentam para os gestos interpretativos que pretendemos constituir nas sessões subsequentes.

2.2 Categorias discursivas de análise

Os movimentos de percepção e interpretação dos efeitos de sentidos na linguagem são essenciais para compreendermos a organização teórica da AD, enquanto Ciência da Linguagem e da História. Para tanto, os dispositivos teóricos de análise se tornam essenciais no processo de análise das materialidades discursivas, tendo em vista o rigor de análise que impõem ao analista na fase de interpretação dos gestos discursivos.

Desse modo, consideramos pertinente elencarmos subseções para tratarmos sobre os dispositivos analíticos basilares para a condução deste estudo. Assim, na próxima seção, apresentamos o primeiro dispositivo considerado em nossa pesquisa: as Condições de Produção

2.2.1 Condições de Produção

De acordo com Pêcheux (2014), todo discurso é pronunciado a partir de Condições de Produção determinadas. Pela necessidade de um conceito, compreendemos por Condições de Produção (CP) as situações nas quais os sujeitos se encontram inseridos no momento de seus dizeres.

Ainda se torna importante ressaltarmos que ao considerarmos esse pressuposto das Condições de Produção, reiteramos que ao pensarmos nesta categoria, imediatamente, refletimos sobre o funcionamento da linguagem dentro de uma cadeia processual histórica.

Desse modo, tomamos a história como impactante no modo como os acontecimentos significam e como os sentidos se constroem, nas palavras de Eni Orlandi,

O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições, entre elas a Universidade, no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam. (2020, p.29)

Courtine (2014) em seu livro “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos” aponta para o conteúdo instável e paralelamente heterogêneo percebido nas Condições de Produção. De acordo com o teórico, antes das CP chegarem aos dispositivos teóricos da AD, a

definição de CP ingressou por outros caminhos, integrando a teoria de outras áreas, no entanto, com conceituações diferentes.

Ao analisar o discurso comunista endereçado aos cristãos, o teórico propõe três hipóteses para o surgimento do conceito de CP. A primeira hipótese é que essas tenham emergido da análise de conteúdo exercida, de maneira principal, na psicologia social, que toma como objeto explícito as condições de produção do texto. Na segunda hipótese, o autor aponta para a Sociolinguística. E, considera ser os estudos realizados por Harris a última relação de CP, fora da Análise do Discurso, ressaltando que esta trata-se de uma origem implícita, a qual correlaciona o termo situação ao termo discurso.

Abordando ainda a origem e conceituação das Condições de Produção, Courtine (2014) diz que Pêcheux se apoia no esquema comunicacional de Jakobson (2001), e ao fazer esse movimento conceitua de maneira empírica as Condições de Produção. Jakobson evidencia a mensagem enquanto mecanismo transmissor de informações entre remetente-destinatário, enquanto que Pêcheux preconiza que o discurso se configura como efeitos de sentido produzido pelos seus interlocutores,

“As relações entre esses lugares objetivamente definíveis encontram-se representadas no discurso por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si a ao outro. (COURTINE, 2014, p.49)

Na perspectiva teórica da AD, as Condições de Produção se configuram também na memória, para Orlandi (2020, p.28) “A maneira como a memória “aciona” as condições de produção é fundamental”. Essas condições se configuram em dois pilares: amplas e restritas. As Condições de Produção Amplas estão diretamente relacionadas ao contexto social, histórico e ideológico que constituem o momento do dizer, já as Restritas se configuram em um caráter imediato do contexto da enunciação.

Tendo em vista o *corpus* desta pesquisa, que trata sobre o racismo a partir de um contexto que envolve contradiscursos os quais visam denunciar a prática racista, apresenta-se, em caráter fundamental, a necessidade de compreendemos e abordamos a historicidade que envolve o movimento negro no Brasil, partindo desde uma revisão sobre o período escravocrata até o contexto atual de classes, a fim de que possa ser compreendido as CPs que

envolvem a construção das sequências discursivas que serão analisadas neste estudo.

Assim, em sentido amplo compreendemos que a prática racista se estende desde o período da escravidão, na qual o sujeito negro foi colocado em uma posição de objeto, uma engrenagem do sistema capitalista colocado em uma posição de venda com objetivo de ganho econômico.

As práticas racistas ainda seguem dominando parte da sociedade, tendo em vista que a discriminação e o posicionamento de inferioridade são atribuídos ao indivíduo negro no cotidiano. O que pode ser visto, por exemplo, no sistema penitenciário, no número de mortes, na pouca ou quase nenhuma ocupação em cargos de poder ou na taxa alta de desemprego do país.

Segundo Pêcheux (1988, p.214), “todo sujeito é, constitutivamente, colocado como autor e responsável em cada prática que se inscreve”. Assim, salientamos novamente a necessidade de se compreender o discurso a partir de uma perspectiva sócio-histórica, não deixando à margem todo o real da história que engloba o dito.

Ainda vale ressaltar que a constituição do sujeito se dá de maneira interpelada, considerando os lugares ocupados por estes e as condições de produções determinadas no momento de seus dizeres. Assim, é na situação discursiva juntamente com o acionamento da memória pelo sujeito que as CPs significam no discurso.

2.2.2 Memória Discursiva e Interdiscurso

A Memória é um conceito central nos estudos da Análise do Discurso. Englobando os dizeres que emergem a partir de Condições de Produção dadas, as quais se mantêm fixas, sofrem atualizações ou até mesmo esquecimentos. É, pois, com a Memória que no processo discursivo é possível retornar aquilo que já foi dito em um outro momento.

Vale ressaltar que a Memória aqui entendida não se define enquanto memória de lembranças individuais do sujeito, compreendemos a Memória aqui definida a partir da esfera social, isto é, o que está sendo dito em um determinado momento, por um determinado sujeito, já foi dito, em um outro momento histórico, por outro sujeito, sendo em sua conjuntura histórica e linguística que significam no processo discursivo (COURTINE, 2014).

Nas palavras de Pêcheux,

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1999, p.52)

Desse modo, partimos da compreensão de que os discursos não são propriedade do sujeito enunciador, mas sentidos pré-construídos, isto é, de conhecimentos e de já-ditos e que são acionados e atualizados no momento desses dizeres.

Portanto, ocorre nesse momento de enunciação uma ilusão por parte do sujeito em acreditar que esses discursos são seus, que esses dizeres assumem efeitos de sentido controlados por ele no momento de compreensão.

O que é salientado por Orlandi quando a autora afirma que “[...] é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x”. [...] o que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados”. (ORLANDI, 2020, p.30)

São, portanto, esses enunciados que assumem um caráter ilusório por parte do sujeito que enuncia que se materializam em inúmeras materialidades discursivas esse movimento dos discursos na sociedade e a retomada destes para significação que são entendidos com o conceito de interdiscurso. O interdiscurso aciona e responsabiliza-se pelo movimento dessas memórias discursivas na prática social.

Diante dos pressupostos traçados por Orlandi, torna-se essencial discutir sobre a diferença entre interdiscurso e intertexto para que não haja confusão por parte do analista do discurso, enquanto o interdiscurso emerge do já-dito, sendo a recuperação desse dizer, que configura a significação das palavras em determinada situação discursiva, isto é, “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2020, p.31), o intertexto é uma ponte relacional estabelecida entre um texto e outros textos.

Neste sentido, retomamos aos pressupostos sobre os efeitos de sentido que circulam na sociedade, nenhum sentido é único ou literal, todos os efeitos de sentido causados pelos sujeitos partem de uma necessidade, ou seja, é fundamental que novos desdobramentos de sentidos sejam alcançados em novos contextos,

O sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua (por exemplo, ligações ‘linguísticas’ entre sintaxe e léxico”; isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido “. (PÊCHEUX,2014, p.263).

E esse movimento se torna possível a partir do viés ideológico o qual interpela o indivíduo no momento do dizer, tornando possível a pluralização de sentidos do discurso, sendo neste desdobramento de externalização do dizer que o sujeito é acometido por dois processos, os quais Pêcheux (1975) irá nomear de esquecimentos, distinguindo-os em duas categorias: esquecimento número 1 e esquecimento número 2.

O esquecimento de nº 2 apresenta um caráter da ordem da enunciação, isto é, se configura nas escolhas de estruturas feitas pelo sujeito no momento de enunciar, “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra [...] o dizer sempre podia ser outro.” (ORLANDI,2020, p.33).

O esquecimento de número 2 parte de uma enunciação semiconsciente, ao dizer, o sujeito acredita que a única maneira de pronunciar o discurso é aquela que está sendo feita, o que acarreta em uma ilusão por parte do sujeito.

Já o esquecimento de nº 1 se enquadra na ordem do ideológico. O sujeito acredita que o que está sendo dito é novo, criado naquele momento, deixando de lado o caráter ideológico que interpela o seu discurso, como já visto, tudo o que falamos não parte do novo, mas de uma atualização de dizeres que já significam na/pela sociedade.

Ainda neste sentido, o esquecimento de nº 2 perpassa a ordem do inconsciente. Não é de maneira voluntária que o sujeito esquece tais discursos. O esquecimento aqui tratado atua de maneira estruturante na constituição do sujeito. É necessário que ele crie a ilusão de que tudo o que está sendo dito seja originado dele, para que ele possa se identificar com o dito, produza novos efeitos de sentidos, tendo em vista as Condições de Produção que estão inseridos, para que tornem-se sujeitos.

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. [...] Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da

constituição dos sujeitos e dos discursos. As ilusões não são “defeitos” são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. (ORLANDI, 2020, p. 34)

De maneira articulada, entre inconsciente e ideologia, ambos os esquecimentos, 1 e 2, tornam-se responsáveis pelos significados construídos pelos sujeitos por meio da retomada do pré-construído pela Memória Discursiva.

2.2.3 Formação Discursiva

A origem do termo Formação Discursiva (FD) surge em 1969, na obra *Arqueologia do Saber* de autoria de Michel Foucault, em apontamentos de questões relacionadas às condições históricas e discursivas constitutivas dos sistemas de saber.

Pêcheux (2014, p.160) ressignifica esse conceito e passa a definir a formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada e numa conjuntura dada, determinada pelo Estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.

Compreendemos, portanto, que a FD para a AD se concebe em um entrelaçamento com a ideologia, em uma conjuntura intrinsecamente relacionada com o que pode e deve ser dito, o que é determinado pelo estado das lutas de classes.

De acordo com a perspectiva de Pêcheux (2009), é no movimento de articulação entre língua e discurso que se encontra as formações discursivas, logo, palavras e expressões se constituem em sentidos, a partir das formações discursivas nas quais são produzidas. O que é afirmado pelo teórico quando este diz que:

De modo correlato, se admite que as mesmas palavras, expressões e posições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e preposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada “ter o mesmo sentido” o que se estamos sendo bem compreendidos – representa na verdade a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou preposição) seja dotado de sentido. (PÊCHEUX, 2009, p.148)

Ainda neste sentido, compreendemos que o discurso é constituído através de formações ideológicas e sendo as formações discursivas parte dessas formações ideológicas específicas, torna-se um espaço de lutas e embates ideológicos.

Diante de tais perspectivas e retomando alguns pressupostos já traçados por nós neste estudo, o sujeito, sem consciência desse movimento, considera que os seus dizeres são suas propriedades, concebendo-se enquanto dono daquilo que está sendo dito. No entanto, o que na verdade ocorre é um processo de assujeitamento e interpelação por parte deste. O sujeito é controlado por formações ideológicas, ocupando posicionamentos e lugares em uma determinada classe, devido às formações discursivas que o colocam neste lugar.

Segundo Pêcheux (1988, p.163), “[...] é através da identificação do sujeito com a FD que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma-o em sujeito de seu discurso”. Desse modo, segundo sua natureza inconsciente, não é o sujeito que fala, mas as instituições e ideologias que assumem e são responsáveis por esse dizer. Nas palavras de Mussalim (2003, p.133)

[...] O sujeito apesar de desempenhar diversos papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior do qual já enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social, (...) que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali, ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso.

Compreendemos, desse modo, que as formações discursivas são as responsáveis pelo processo de identificação ou não do sujeito, posicionado em um determinado momento histórico, com o pré-construído. Ainda compreendemos que a formação discursiva não se enquadra em um caráter homogêneo, ao contrário, apresenta-se de maneira heterogênea, representada por diversas linguagens, não apenas uma, sendo o espaço constitutivo de sentidos, determinados através dos lugares sociais assumidos pelos sujeitos.

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definida, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates das lutas ideológicas (COURTINE, 1981 apud BRANDÃO, 2012, p. 50).

Compreendemos que a linguagem não se faz completa, admitindo inúmeros significados através das posições assumidas e rejeitadas pelos sujeitos, ocupantes de determinados lugares sociais. Os significados são assumidos ou rejeitados por meio do processo de identificação com

determinadas formações ideológicas, enquadradas em dadas formações discursivas.

2.2.4 Formação Ideológica

Discutimos na seção anterior a respeito das Formações Discursivas e demonstramos a sua relação com os sentidos das Formações Ideológicas (FIs), as quais consideramos de fundamental importância para a investigação que estamos nos propondo neste estudo. Dessa forma, consideramos pertinente traçarmos, neste momento, questões teóricas a respeito das Formações Ideológicas, doravante FI a partir deste momento.

Consoante com Pêcheux, a ideologia é responsável pela constituição de evidências as quais através de movimentos habituais consagram o que é e aquilo que deve ser em determinadas situações. Assim,

[...] as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queira dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988a, p.160)

São essas ideologias que constituem os sentidos e os sujeitos. Sendo as Formações Ideológicas, as quais os sujeitos se identificam ou contra identificam, as responsáveis por determinados posicionamentos assumidos ou não pelos sujeitos no momento do discurso.

As FIs não assumem um caráter individual, tampouco universal, podemos, portanto, compreender que estas se configuram por meio das posições de classes que assumem um movimento de reciprocidade umas com as outras. As FIs consagram-se no antagonismo de classes, o que é posto por Magalhães (2005, p.26) quando afirma que:

[...] para a análise do discurso as determinações sociais são o ponto de partida para a elucidação do discurso. Partimos da noção de pré-construído, isto é, há socialmente lugares ideológicos postos que determinaram as possibilidades do sujeito se expressar. Neste sentido, a AD trabalha com o conceito de Formação Ideológica (FI) que explicita o lugar social, dentro da estrutura da classe, em que o sujeito está.

Pêcheux, sobre a FI, ainda argumenta que:

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura,

isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX, 1993, p.166)

Assim, as FI são representadas e percebidas no interior do antagonismo das classes sociais. Dessa forma, os discursos assumidos ou rejeitados pelos sujeitos deixam a mostra as posições nas quais estes se encontram. Ainda neste sentido, as FIs comportam um caráter de classe, referindo-se ao mesmo, de maneiras diferentes.

3. TRABALHO, CAPITALISMO E RACISMO

Nesta seção, deteremo-nos à categoria do trabalho, considerando a importância desta para os objetivos os quais estamos nos propondo nesta pesquisa. É de fundamental relevância compreendermos o trabalho como categoria fundante do ser social, para que a partir deste pressuposto, possamos também compreender o funcionamento do discurso, bem como da linguagem enquanto prática social. Lançaremos um olhar sobre o trabalho a partir de um viés ontológico, pois partimos do entendimento de que as relações sociais são constituídas, sobretudo, na realidade objetiva.

Ainda nesta seção, traçaremos uma ponte de intersecção entre as relações capitalistas e o racismo no Brasil. Consideramos pertinente fazermos uma abordagem voltada para o percurso histórico do conceito de racismo para compreendermos os movimentos contemporâneos que visam denunciar essa prática. Ao pensarmos nas relações capitalistas, debruçamo-nos a pensar nas produções e reproduções sociais, refletindo, de maneira geral, o movimento estrutural das lutas de classes.

3.1 Trabalho e a construção do Ser Social

Como já dito, discutiremos sobre a categoria do trabalho, enquanto eixo fundante do ser social, a partir de um caráter ontológico, visto que “permite compreender o lugar do discurso não apenas em nossa prática analítica, mas, sobretudo, nas práticas dos sujeitos em suas diversas instâncias e posição ideológica e política” (SILVA SOBRINHO; CAVALCANTE, 2012, p.87)

É a partir da compreensão do salto ontológico entre o homem e o animal que compreenderemos, de maneira mais clara, a categoria do trabalho, pois é devido a essa que o homem rompe com a estrutura animalesca que o cerca, diferenciando e colocando-se em uma categoria diferente daquela que é posta aos animais. Entendemos ainda que toda essa diferenciação ocorre devido a

capacidade de consciência do homem de construir meios materiais para sua própria existência.

Vale destacar que o salto ontológico, determinado pelo autor, não se enquadra em um momento específico, não se tem a compreensão exata do momento em que ocorreu, configurando-se como um momento de ruptura na estabilidade natural. O que pode ser percebido nas palavras de Lukács que diz que,

[...] somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p.44).

Tendo como ponto de partida essa compreensão, retomamos as palavras de Lukács que afirma,

[...] a transição do ser natural para o ser social não pode ter nenhuma repercussão sobre a constituição ontológica, categorial da própria natureza; a enorme expansão do conhecimento da natureza por meio do trabalho e das ciências oriundas dele só pode intensificar o metabolismo entre ambos, elevá-lo a píncaros não imaginados, cujo pressuposto é só a noção crescente do ser-em-si da natureza, jamais a mudança dos princípios do seu ser. (LUKÁCS, 2013, p. 530)

O trabalho é um movimento única e exclusivamente humano, somente o ser social detém do conhecimento para iniciar e finalizar determinada ação, previamente idealizá-la, com um objetivo determinado para alcançar um fim. O ser social é capaz de transformar a natureza e nesse processo também se transformar, obtendo novos conhecimentos que podem ser socializados. É nesse movimento de formação do novo que o trabalho é desencadeado de maneira contínua, novas necessidades surgem, novos processos são realizados e, portanto, novas habilidades são adquiridas.

O ser social se mantém em um processo contínuo de reprodução e transformação, tendo em vista que o surgimento de novas necessidades que necessitam serem atendidas. É nesse movimento de atendimento das novas necessidades que o ser se constitui enquanto histórico. O ser social se diferenciando dos animais, que aceitam atos já concretizados na natureza, produzem suas próprias condições materiais. Assim sendo, ressaltamos mais

uma vez a necessidade de abordar a linguagem em sua completude histórica e também social.

Nas palavras de Cavalcante,

É pelo trabalho, pela capacidade de agir conscientemente sobre a natureza para transformá-la, a fim de satisfazer suas necessidades, que o homem se destaca da natureza, produzindo o novo, pois enquanto os outros seres buscam adaptar-se à natureza para sobreviver, o homem, através do trabalho, transforma a natureza para atender às suas necessidades e, à proporção que transforma a natureza também se transforma. (CAVALCANTE, 2017, p.40)

Compreendemos, portanto, que é através do trabalho, da relação homem e natureza, que se desenvolvem as relações sociais, as quais possibilitam as transformações e reproduções sociais. O trabalho é uma categoria que gera outras categorias, como, por exemplo, a linguagem, que é constituída a partir do homem enquanto ser social já construído.

É no ato de trabalho que emergem as relações sociais, tendo em vista esta compreensão entendemos também que é a partir do ato de trabalho que se determina as formações e relações sociais emergentes na sociedade. De acordo com Lukács (2013, p. 44),

[...] somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica [...]

Para Vaisman (1989), Lukács recupera os pressupostos teóricos de Marx ao tratar sobre a complexidade e centralidade do trabalho que determina a linguagem, a consciência e a divisão do trabalho como categorias complexas que também se aliam ao trabalho. Assim, diz a autora que:

A necessidade de uma ontologia no contexto do marxismo coloca para Lukács tendo em vista não só os problemas que vêm se pondo com agudez sempre maior no campo do marxismo – tanto no plano teórico, quanto no plano prático – mas, sobretudo, em função dos contornos essenciais do mundo do capital contemporâneo (VAISMAN, 1989, p. 409).

Ainda neste sentido, as posições ocupadas pelo homem na sociedade e o movimento que engloba as contradições de classes sociais são firmadas pelas posições teleológicas. Essa concepção carrega também os pressupostos teóricos abordados por Marx (2013) nos quais Lukács se ancora, sendo o trabalho um ato ancorado teleologicamente que parte da busca de satisfação do homem pela transformação da natureza. Isto é, os atos realizados pelo homem partem de uma idealização pré-construída, não é a natureza, de maneira

orgânica, que determina as suas finalidades, mas, sim, o ato consciente do homem para aquilo que deseja alcançar com dada transformação.

O que pode ser compreendido nos pressupostos marxianos que afirmam:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se de um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 2013, p.32)

Lukács (2013) ainda aponta para uma divisão dessas teleologias, as quais denomina como posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias. Na primária, é estabelecida a relação homem e natureza, o movimento de transformação assume um caráter de sobrevivência, o homem transforma a natureza para atender as suas necessidades, sejam elas, comer, beber, proteger-se de possíveis efeitos causados pela natureza. Já a teleologia secundária está relacionada à relação do homem com outros homens no meio social. É nesse movimento teleológico secundário que emergem as posições sociais dos sujeitos, a formação social na qual o homem se encontra inserido se direciona para a constituição dessas posições sejam elas de dominação, subordinação ou resistência.

Dessa forma e a partir desta perspectiva apoiamo-nos em Lukács (2013), considerando a teleologia secundária como fundamental na sociabilidade, tendo em vista a relação intrínseca entre a natureza e os seres sociais,

O objeto desse pôr secundário do fim já não é algo mais puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2013, p.84).

Vale enfatizar que é na teleologia secundária que se apresenta o conceito de “prévia-ideação da prática social dos homens”, este conceito engloba a ideologia. Compreendemos que é sobre o viés ideológico que os sujeitos sociais se tornam capazes de convencer outros sujeitos a assumirem determinadas posições na sociedade. Seguindo essa perspectiva, o que queremos dizer é que o sujeito social, no momento do seu dizer, parte de uma prévia-ideação, de antemão ele visualiza mentalmente o produto final, o objetivo a ser alcançado.

Ainda consideramos pertinente destacar que nesse processo de prévia-idealização pelo ser social é fundamental que o produto final, idealizado na consciência do ser social, alcance o sucesso, isto é, a sua finalidade. Caso esse movimento de idealização-sucesso não ocorra, a ação previamente pensada se instala somente no plano das ideias, não se configurando de maneira material no trabalho.

Assim, concordamos com Cavalcante quando a autora afirma que,

O surgimento dos complexos sociais, em especial, a ideologia, numa perspectiva ontológica, implica a existência de estruturas sociais onde grupos, castas, classes sociais com interesses antagônicos, no movimento de luta de classes, ajam e anseiem para estabelecer seus interesses particulares, visões de mundo, como sendo interesses gerais. (CAVALCANTE, 2017, p.42)

Desse modo, compreendemos que na sociedade, especificamente na sociedade de classes, são os movimentos ideológicos que imperam. Nas palavras de Lukács (2013, p.472), “[...] o surgimento e as disseminações de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes”.

A linguagem é um ponto central quando se pretende compreender os pressupostos ontológicos do trabalho. É por meio desta que os indivíduos se comunicam e determinam as novas projeções, traçando novos objetivos a serem finalizados. A linguagem deve ser considerada, portanto, em sua conjuntura ontológica, levando-se em consideração todas as funções que esta desempenha nas relações sociais.

Ainda é válido destacar que Lukács pontua o trabalho enquanto práxis sociais, não sendo uma atividade comum a todos, mas previamente idealizada, sendo, de maneira unívoca, um movimento humano. Tomando como ponto de partida essa compreensão, na seção a seguir, discutiremos as relações estabelecidas entre os movimentos ideológicos que configuram o trabalho nas sociedades de classes. Desse modo, iniciaremos essa discussão a partir de um retorno às relações que antecederam o atual modelo de produção capitalista.

3.1.2 Trabalho, ideologia e capitalismo

Nesta seção trataremos a respeito do trabalho enquanto categoria determinante das relações de classes estabelecidas no modelo de sociedade capitalista vigente. Para tanto, consideramos pertinente traçarmos um percurso

histórico sobre os modos de produção que cunharam o modelo contemporâneo de sociedade de classes por considerarmos pertinente compreendermos a relação existente entre o homem e a natureza, percebendo, sobretudo, o caráter produtivo atrelado a este movimento.

Neste primeiro momento, amparamo-nos nos pressupostos traçados por Netto e Braz (2012), os quais possuem reflexões que versam sobre esse tema. De acordo com os autores, os primeiros grupos humanos podem ser datados há 40 mil anos, os quais não se mantinham em propriedades fixas e viviam de caça e pesca. Neste contexto que se encontravam inseridos, não havia divisão de classes sociais, ao contrário, poderia ser percebido basicamente uma equidade de bens, visto que todos os produtos advindos da caça e pesca eram divididos entre o grupo, logo, nenhum integrante possuía mais bens que outros.

Como dito, não existiam divisão de classes, a mais perceptível forma de divisão era a divisão sexual do trabalho, isto é, homens e mulheres desempenhavam atividades diferentes, enquanto estas se dedicavam à coleta e preparo dos alimentos, aqueles se voltavam principalmente às atividades relacionadas à caça.

Este modelo primitivo de sociedade perdurou-se por um período de mais ou menos 30 mil anos (NETTO; BRAZ, 2012), quando começaram a surgir as primeiras manifestações econômicas relacionadas aos excedentes dos bens produzidos, bens estes determinados pela agricultura, prática que começou a ser executada neste período, bem como a domesticação de animais. Os habitantes deixaram de lado o nomadismo e passaram a habitar terras de maneira que cultivavam e criavam animais, tais processos foram os responsáveis pelo que Netto e Braz (2012) vieram a chamar de “revolução na vida das comunidades primitivas”.

A chamada Revolução na vida das comunidades primitivas desencadeava-se devido a acumulação de produtos, as comunidades passaram a produzir mais que o necessário, esse processo foi culminado pelo maior número de produção agrícola, assim como o aperfeiçoamento dos instrumentos de caça e coleta, para garantir a sobrevivência, o que gerou o chamado excedente econômico.

Emerge neste contexto as primeiras sociedades antagônicas da Antiguidade. Os excedentes econômicos permitiram a geração entre as

comunidades de uma relação de oferta e procura, isto é, “produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 57), esse processo ainda inicia o modo de produção escravista e ainda o modo de produção asiático.

O escravismo sucede o modelo primitivo de sociedade, firmando-se no Ocidente, emergindo por volta dos 3.000 anos antes de Cristo. Netto e Braz (2012) discriminam essas sociedades com as seguintes palavras,

[...] organiza-se agora a sociedade, através da força e da violência, em dois pólos no cume, uma minoria de proprietários de terras e de escravos (que ampliam seus contingentes através de guerras) e, na base, a massa de homens que não tem sequer o direito da própria vida – e entre esses dois polos gravitam camponeses e artesãos livres. Ao mesmo tempo, como parte do excedente econômico toma a forma de mercadoria (ou seja, de valores de uso produzidos para a troca), o comércio começa a se desenvolver, implicando o aparecimento do dinheiro (meio de troca) e de um grupo social dedicado à atividade mercantil (os comerciantes ou mercadores) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 66).

Ainda de acordo com Netto e Braz (2012, p.65),

É a possibilidade de um homem produzir mais do que consome – isto é: de produzir um excedente – que torna compensador escraviza-lo; só vale a pena ter escravos se o seu proprietário puder extrair deles um produto excedente (ou sobreproduto). [...] o surgimento dos excedentes muda radicalmente as relações sociais: posto o excedente, vale a pena escravizar e explorar homens.

Instaurava-se a sociedade de classes antagônicas, de um lado, os proprietários de terras, exploradores, do outro sujeitos que não eram detentores de nenhum direito, nem mesmo o domínio da própria vida, os explorados. Esse movimento acarreta na formação do Estado, criado pela classe dominante, é formado pelo Direito, pelo exército e por funcionários públicos. O Estado consolidou-se como a afirmação do poder político pelas classes dominantes. É válido ressaltar que o modelo de trabalho instaurado pelo escravismo tratava-se de um movimento violento, o trabalho era condicionado pela ameaça e por agressões.

O Estado decaiu com o passar dos anos, os proprietários não conseguiam controlar todo o império que os cercavam. Netto e Braz (2012, p.68) afirmam que,

A grandeza do império reclamava um enorme excedente econômico para manter a repressão aos escravos, a submissão dos povos conquistados e o parasitismo dos grandes proprietários; ao mesmo tempo, o trabalho monótono e de má vontade das hordas de escravos que a conquista proporcionava mal podia sustentar o vasto edifício do domínio romano.

Esse processo de crise econômica e política juntamente com a queda do Império Romano inaugurou um movimento de transição entre a sociedade dominada pelo escravismo, no Oriente, para o movimento feudal, processo este que perduraria por um período de mais de três séculos.

O feudalismo cunhava-se na propriedade de terras. Toda a organização social deste sistema estava baseada na propriedade. O feudalismo instaurava um novo modelo de produção, os camponeses ocupavam agora a posição servil da sociedade. Os servos detinham de instrumentos para a realização do trabalho e retiravam alimentos também das terras, ainda neste modelo havia uma relação de reciprocidade entre servos e senhores, estes exerciam uma espécie de proteção, tendo em vista que os servos eram os responsáveis pela produção de riqueza destas sociedades, enquanto aqueles prestavam trabalhos de força produtiva. Embora dispusessem de condições diferentes daquelas firmadas no modelo escravista, estes ainda eram alvos de exploração, trabalhavam nas terras dos senhores feudais e ainda eram taxados economicamente pela Igreja (NETTO; BRAZ, 2012).

Cabe destacar que apesar da relação mútua que perpetuava na sociedade feudal, senhores e servos não mantinham pacificidade em sua relação. O período da baixa Idade Média foi marcado por inúmeras rebeliões, os motivos de tais manifestações se firmavam não só pelo regime trabalhista o qual os trabalhadores servis se encontravam submetidos, mas, também, pela responsabilidade imposta a estes que não podiam deixar as terras dos senhores, isto é, havia, de certo modo, um contrato entre os senhores e os servos que proibia o abandono ou fuga das terras. Em caso de descumprimento ocorria a aplicação de duras penas.

Este modelo de produção possui sua gênese na Europa, por volta do século XI, estruturando-se e definindo-se nas palavras de Netto e Braz (2012, p.69) como:

[...] uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriado pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de mercadorias), centrado no trabalho artesanal.

Este movimento de produção de mercadorias desencadeia no crescimento do comércio e como consequência o rompimento da autonomia feudal,

o estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque cujas consequências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo via à crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do Antigo Regime (NETTO; BRAZ, 2012, p. 70).

O crescimento do comércio ainda estimulará o consumo da classe nobre por mercadorias, tendo como meio de compra e venda o dinheiro, este movimento dará ao dinheiro uma função privilegiada no meio social. Este cenário consolida a burguesia que fundamentará uma nova ordem social pautada na lucratividade. Marx e Engels (2008, p. 9-10), neste sentido, apontam que

a descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercadores da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração.

É neste cenário social e econômico que se concretiza a crise do sistema feudal, mais precisamente no século XIV. Além disso, o principal meio de produção do feudalismo, cultivos e pecuária, é comprometido, neste período, o esgotamento das terras e a falta de recursos para recuperá-las acomete também o sistema capitalista.

Esse período ainda foi marcado pelos fortes desentendimentos entre senhores feudais e servos, tendo em vista que a situação que estava se consolidando acarretava em uma redução econômica na sociedade, os senhores feudais. Então, tomavam como ponto de partida a exploração dos produtores diretos. É válido destacar que os conflitos se estendiam também entre os senhores, acarretando em confrontos sociais os quais se estenderam até o século XVI.

O âmbito político, juntamente com o social, sofre também alterações, consolida-se neste cenário o Estado Absolutista. O Estado tinha por objetivo a repressão as revoltas camponesas. Formado por forças armadas únicas, o Estado Absolutista mantinha sua centralização de poder nas mãos de um único

representante, o rei, este movimento, no entanto, acarreta de maneira significativa na diminuição do poder dos senhores feudais.

Os custos advindos das monarquias passaram a ser uma responsabilidade dos mercadores, os quais usufruíam de vantagens, como, por exemplo, a constituição dos monopólios comerciais que mais tarde motivaram a revolução comercial. Salientamos ainda que um lucro significativo era conquistado neste cenário, o que ocasionou em um significativo protagonismo na classe burguesa formada por comerciantes/ mercadores.

A expansão mercantil e o interesse da classe burguesa, que emergia neste cenário econômico, fez surgir um confronto entre esta classe emergente e o Estado Absolutista que representava principalmente a nobreza feudal. Este passou a ser visto como um impedimento a ascensão burguesa no que equivale aos negócios comerciais e a implementação do liberalismo econômico.

A chamada Revolução burguesa culminou em um novo modelo social. No século XIX emerge então o Estado burguês o qual mantinha uma preocupação com o desenvolvimento dos meios de produção, buscando, de maneira primordial, criar melhores condições para a produção de mercadorias, o que se denomina “modo de produção capitalista”.

Marx e Engels (2008, p.12) apontam que esse novo modelo

[...] dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus ‘superiores naturais’, sem por no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível ‘em dinheiro’. [...] Dissolveu dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio. Em uma palavra no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca.

O modelo de produção capitalista, por meio da manufatura, instalou na produção uma divisão do trabalho pautada no aprimoramento das atividades. É válido destacar que de acordo com Marx e Engels (2008), o modelo burguês de produção não extinguiu os antagonismos de classes. Ao invés disso, instaurava novas classes, novas condições determinantes e novos sistemas de opressão. Ademais, de acordo com os autores, a sociedade burguesa trouxe uma simplificação das classes, emergindo apenas duas classes, de um lado a burguesia e do outro o proletariado.

O modelo capitalista inseria uma nova prática de produção, que é percebida até os dias atuais, a compra da força de trabalho para produção. Durante o século XIX, tanto a propriedade como os meios de produção eram propriedades dos burgueses, enquanto estes tomavam posse de todos os lucros alcançados com o sistema capitalista, a classe proletariada só tinha por sua propriedade sua própria força de trabalho e neste contexto era vendida como um produto, e por esse “produto” recebia um salário, cabe destacar que a venda da força de trabalho destes indivíduos era dada de forma “livre”, visto que não se tratava de indivíduos escravizados, no entanto, esses também não possuíam nenhum meio de produção.

É válido destacar que os salários recebidos pelo trabalhador eram baixos, inferiores ao que era produzido por estes. O intuito da burguesia era manter o ciclo de reprodução da força do trabalho, desse modo o pagamento se dava apenas como uma maneira de subsistência do proletariado.

Nesse sentido, aquilo que é produzido pelo proletariado não lhe é realmente pago. Netto e Braz (2012) afirmam que se trata de dois momentos constituintes da jornada de trabalho, no primeiro se enquadra o tempo de trabalho necessário, é com referência a esse que o trabalhador recebe. O segundo momento, no entanto, é o excedente, o que é considerado de mais valia para os proprietários, é neste último que a lucratividade chega à classe burguesa.

Netto e Braz (2012, p.114) ainda explicam esse processo do sistema capitalista, salientando que:

Contratado o trabalhador por um salário diário de, digamos, R\$ 30,00 (expressão do valor real da mercadoria força de trabalho nas circunstâncias determinadas do contrato), a jornada estipulada pelo capitalista só terá sentido para ele se, ao cabo dessa jornada, o trabalhador produzir um valor superior (excedente) ao equivalente àqueles R\$ 30,00; com efeito, o capitalista jamais contraria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário: seria o mesmo que trocar seis por meia dúzia; assim, na jornada, contém-se um tempo suplementar de trabalho, no qual o proletário produz um valor que excede o equivalente àqueles R\$ 30,00.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2012), não é claro para os trabalhadores essa distinção entre os dois momentos, tendo em vista que diferente do que ocorre no modelo escravista, por exemplo, uma parte, mesmo que inferior ao produzido, é destinado a eles enquanto trabalhadores, ademais o seu trabalho não é claramente obrigado ou sujeito a explícitas violências como

ocorria no sistema de escravidão em que os indivíduos eram violentados e obrigados a trabalhar em condições insalubres explicitamente na sociedade.

Neste contexto, os sujeitos se enquadram na posição de objetos, são tratados como mercadorias tais como a que ele mesmo produz. Marx (2011) salienta que essa relação de oferta e procura na qual a oferta é a força do trabalho do sujeito, em casos que há mais oferta que procura uma parte dos homens é designada à miséria. Esse processo concretiza a ideia de que as relações sociais vivenciadas pelo sujeito se trata de relações vinculadas as determinações mercadológicas.

Neste contexto, Marx (1993, p. 159) aponta que,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. [...] O trabalho não produz apenas mercadorias. Produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Salientamos que nesse processo de exploração laboral, os sujeitos não são concebidos enquanto escravos, mas são projetados sob uma perspectiva de sujeito livre que vende a força do seu trabalho – mercadoria- de maneira voluntária, direcionando-nos para este sentido, Mészáros (2011, p.126) ratifica que,

o capital degrada o trabalho, sujeito real da produção social, à condição da objetividade reificada – ‘fator material de produção – e com isso derruba não somente na teoria, mas na prática palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto”.

Compreendemos, portanto, que a força do trabalho vendida, em um primeiro momento, é entendida como um processo voluntário. No entanto, o que ocorre é que a força do trabalho é uma mercadoria e como tal para que o sistema funcione, de maneira gradual, é desvalorizada, provocando a obediência por parte dos sujeitos ao que é imposto pelo mercado.

O capital se concretiza por meio de personificações (Mészáros, 2011), isto é, o capitalista é o detentor de todo o poder, sendo unívoco na tomada de decisões que regem a produção. Ainda conforme o autor, a crescente expansão do capitalismo nos últimos anos se deve ao firmamento dessas personificações, o trabalhador/a para desempenhar a função na cadeia de produção, com a falácia de voluntariedade e liberdade, acredita na superioridade de um outro indivíduo – o capitalista – sob ele.

Nas palavras de Mészáros (2011, p. 125-126)

É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital – sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido – só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente do seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital

Cabe salientar que as personificações apresentam um caráter controlador no que diz respeito ao capital. O capitalismo ganha força e mantém os meios de reprodução das relações de exploração do trabalho, dando origem a novos mecanismos que visam o lucro. No entanto, destacamos que não se trata de uma relação passiva. Frequentemente o sistema enfrenta crises advindas, principalmente, da insatisfação dos sujeitos trabalhadores, o que ocorre, neste contexto, é uma discriminação dos antagonismos sociais que operam na sociedade capitalista, o que é ratificado por Netto e Braz (2012, p.170) quando afirmam que “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”.

Atualmente, encontramos o que é denominado por Mészáros (2011) como “crise estrutural do capital”, isto é, a crise estrutural se configura em todas as movimentações do capitalismo, sendo, portanto, parte integrante do sistema, diferenciando-se do que ocorre nas crises pontuais que atingem momentos particulares do sistema.

Convém destacar ainda que as crises aqui tratadas, apesar das consequências que carregam, tanto para os capitalistas e, sobretudo, para os trabalhadores, é uma movimentação funcional para o sistema, porquanto é através destas que o capitalismo consegue manejar as falhas do seu sistema, fortalecendo-o.

Netto e Braz (2012, p. 163), sobre essa configuração, afirmam que “as crises [...] não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo, deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta no próprio capitalismo”.

O que é ainda ratificado por Mészáros (2011, p.795) que salienta

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com ou ainda reivindicuem a realização de exatamente isso.

Vale ressaltar que a naturalização afirmada pelo autor na citação acima não diz respeito a naturalização do modelo capitalista enquanto permanência histórica, mas, sim, ao seu funcionamento, que de maneira inerente acompanha também as crises.

O Capitalismo elevou o nível de suas estruturas sociais e econômicas, expandindo seus mercados, desse modo, na segunda metade do século XIX, uma nova fase é instaurada no sistema, a imperialista. O imperialismo é uma continuação do sistema capitalista, marcado, sobretudo, por transformações sociais e políticas que vinham a expandir o mercado.

O Imperialismo configura os monopólios, o que ocorre é que a livre concorrência, característica central do modo de produção capitalista, na fase imperialista, é substituída pela produção centrada nas grandes empresas, ou seja, as maiores produções extinguem as menores, o que era grande se torna ainda maior, configurando e intensificando ainda mais a crescente expansão do capital. O Imperialismo foi uma fase marcada por importantes mudanças na organização do trabalho orientada, sobretudo, pelo padrão taylorista de produção.

O capitalismo baseava-se e baseia-se, até os dias atuais, na obtenção de maior lucratividade. Os ideais capitalistas regem a maximização da produção e como consequência dos lucros, e a minimização dos custos para manter a cadeia reprodutiva. É diante do contexto de expansão, que vivenciava o capitalismo com a implementação dos monopólios, que no final do século XIX e durante todo o século XX o modelo desenhado pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor em conjunto com o empresário Henry Ford é implementado.

O taylorismo ou fordismo, como também é conhecido, é um modelo de produção que é subsidiado, sobretudo, pela divisão social do trabalho. Cada homem passava a desempenhar uma única função na cadeia produtiva, todo o trabalho que era desempenhado de maneira grupal passou a ser fragmentado, o intuito dessa implementação era não só aumentar a obtenção da mais-valia na produção, mas, de certo modo, alienar os trabalhadores que agora não teriam mais uma visão ampla do trabalho desempenhado.

Ademais, possuindo sua gênese nos modelos de produção automobilística, o fordismo se concretiza na mecanicidade e na repetição das atividades desempenhadas, ainda se fundamenta nas especializações de cada trabalhador, visto que cada vez quanto mais repetia a atividade laboral, mais especialista nesta o trabalhador se tornava,

Com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda da destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobre trabalho (ANTUNES, 2009, p. 39).

Em meados dos anos de 1960, o fordismo começa a apresentar os primeiros sinais de uma crise. O esgotamento teve sua gênese, entre outros fatores, no alto custo dos salários, que devido ao seu forte movimento econômico desencadeava em altas inflações sobre os preços dos produtos sendo essas um meio que os empresários buscavam validar como compensatório desta crise. Ocorria neste momento uma reestruturação do sistema produtivo da época, baseado, sobretudo, na acumulação flexível, ancorada na produção toyotista.

Esse modelo flexível sustentava suas bases na diminuição significativa da força de trabalho pelo proletariado, mantendo-se um padrão mais maleável de produção, o qual buscava acompanhar as novas exigências e especificações do mercado. De acordo com Antunes (2009), o novo modelo de trabalho visava não somente manter um menor quadro de funcionários desempenhando um maior número de funções, mas, também, mantê-los envolvidos com o trabalho ali realizado, com os ideários assumidos pelas empresas. O que também é afirmado por Lessa (2007, p.59) quando destaca que o novo modelo objetivava que,

o trabalhador tome iniciativas e interfira no processo de trabalho. Não bastam mais as suas forças de trabalho no sentido mais estrito do termo, é agora preciso que estejam convictos da identidade de interesses e de propósitos entre eles e a empresa”.

Essa nova maneira de fornecimento de serviços, mais flexíveis, desencadeava uma reestrutura produtiva, que se mantinha lado a lado com a política neoliberal. Esse novo movimento se lançava enquanto uma ofensiva à classe trabalhadora. Um pequeno grupo de funcionários qualificados dispunham de direitos assegurados no mercado, no entanto, em volta destes se mantinham uma classe maior de trabalhadores, em muitos casos advindos de outras

empresas - terceirizados, que não só não dispunham de direitos, como eram submetidos a condições de trabalho menos favorecidas (baixos salários, altas cargas de trabalho).

É neste movimento que se consagra o conjunto ideológico neoliberalista legitimado pelos grandes empresários. Nas palavras de Netto e Braz (2012, p.226, grifos dos autores),

O que se pode denominar **ideologia neoliberal** compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada por um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da **natural e necessária desigualdade** entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função de liberdade de **mercado**).

O sistema neoliberal firmava um movimento claro, diminuir a intervenção do Estado na economia. No entanto, os representantes dos monopólios conhecem os movimentos capitalistas e são conhecedores de que tal movimentação econômica não pode ocorrer sem a intervenção estatal. O que se concretiza, portanto, é um Estado atenuador da produtividade empresarial, o qual atua facilitando o lucro, cada vez mais recorrente dos seus dominadores, em detrimento da classe trabalhadora.

Esse movimento impera um novo objetivo, a globalização. O movimento globalizante, desenhado pelos empresários como algo inevitável, emerge em um contexto estruturado por reformas estatais, visando assegurar os movimentos econômicos entre as nações capitalistas, garantindo, portanto, “uma plena liberdade em escala mundial, para que os fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados a quaisquer dispositivos (Netto; Braz, 2012, p. 228).

Ao fazermos este percurso histórico sobre a gênese do capitalismo na sociedade, sobretudo, brasileira, iniciamos um movimento de compreensão dos fenômenos atuais. O contexto brasileiro se postula em diferentes reformas que englobam o cenário econômico aqui tratado. Desde as manifestações ocorridas com a chegada no neoliberalismo até os dias atuais o que se percebe é uma necessidade de renovação estatal. Na conjuntura atual, o que percebemos é um movimento de perpetuação de determinadas situações históricas, envolvendo o movimento racista.

O Sistema Capitalista enraizado no Estado demanda a pensar nas exigências que consolidam o capital dentro do sistema, as estruturas de

funcionamento e perpetuação deste. O Estado exerce um papel fundamental na manutenção da sociedade de classes antagônicas postas e atuantes na sociedade, principalmente no que diz respeito a mediação das relações sociais dentro da sociedade de classes, mantidas ora pela violência física, ora por ideologias de dominação. Neste sentido,

No capitalismo, as relações políticas tomam forma de um Estado impessoal e exterior à vida social que, paradoxalmente, estabiliza a sociedade mantendo o processo de individualização e a separação de classe que caracterizam o capitalismo, mas que, ao mesmo tempo, atua para impedir que os antagonismos e os conflitos destruam a vida social (ALMEIDA, 2015, p.752)

Partindo dessa lógica, compreendemos ser a ideologia racista como um fator estruturante no que concerne as relações do capital e seus meios de produção e reprodução. A ideologia racista exerce uma forma de controle dentro do capitalismo manifestado na sociedade de classes, o que é denominado por Almeida (2015) como *assujeitamento*. Ocorre nesse sentido, um movimento de neutralização da consciência do indivíduo, desse modo tanto as produções como as reproduções sociais se manifestam através desse movimento ideológico racista.

É válido destacar que tal ideologia se firmou em processos sócio históricos, estruturando-se ainda, no Estado Burguês. Ocorre que o Estado se constitui de ideologias concretas, enraizadas de maneira racional em sua manutenção, aquele que domina - o sujeito dominador - valida ideologias que mantêm a afirmação do seu poder, conservando-o dentro da sociedade capitalista. Sendo assim, compreendemos a partir de Almeida (2019, p.111) que “não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural que organiza as relações políticas e econômicas.

Compreendemos, portanto, que essas ideologias se desenvolvem no seio da sociedade, atuando na determinação dos lugares que devem ser ocupados pelos sujeitos. O que é reafirmado por Almeida (2015, p. 755) para quem “o racismo está inscrito nas estruturas sociais e no modo de funcionamento da política e da economia. Ao contrário do que se poderia pensar, o racismo, que só se reproduz com base no poder político, é quem forma os sujeitos racistas [...]”.

Partindo desta compreensão e objetivando compreender os sentidos que se desvelam na intersecção dos discursos que visam denunciar a prática racista na sociedade atual, na próxima seção deste capítulo, discorreremos sobre o racismo, buscando perceber os significados que se consolidam historicamente a partir dessa prática.

3.1.3 Bagagem Histórica: Raça, Racismo, Sociedade de Classes e Movimentos de Resistência

Como expomos neste estudo, buscaremos compreender o funcionamento discursivo dentro de determinadas CDs em um dado período sócio-histórico no que diz respeito a discursos políticos acerca da problemática do racismo. Para tanto, neste primeiro momento, consideramos pertinente fazermos um percurso histórico deste conceito para adentrarmos na conjuntura atual.

O termo *raça* foi usado em um sentido de classificação tanto de animais como vegetais nas ciências naturais – botânica e zoologia -, (MUNANGA, 2004). No entanto, tal conceituação perdeu forças no último século, isto é, geneticamente, a cor da pele não é característica suficiente para se afirmar uma diferenciação genética entre os indivíduos, não se solidificando, portanto, enquanto definidora de uma nova *raça* humana, como salienta Munanga (2004, p. 4):

Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos. Os negros da África e os autóctones da Austrália possuem pele escura por causa da concentração da melanina. Porém nem por isso eles são geneticamente parentes próximos. Da mesma maneira que os pigmeus da África e da Ásia não constituem o mesmo biológico apesar da pequena estatura que eles têm em comum.

O que ocorre é que ao longo dos anos o conceito de *raça* foi usado como uma espécie de afirmação de poder, mais precisamente, de controle de poder de indivíduos brancos em relação às pessoas negras. Tal conceituação começa a se efetivar entre os séculos XVI e XVII quando se passa a (re)afirmar posições dominadoras nas relações entre as classes sociais.

Em um contexto francês, essa distinção de *raças* se dava em uma manifestação de afirmação de uma *raça* considerada pura, branca que constituía a classe da nobreza, e outra *raça* que não só não era detentora de pureza, como deveria obedecer e até mesmo ser escravizada no processo de dominação, pessoas não brancas que constituíam a classe dos plebeus,

É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (MUNANGA, 2004, p. 2).

Ainda nesse sentido, vale destacar que toda a crítica aos pressupostos teóricos relacionados à diferenciação de raças não se sustenta somente pelo fator biológico. Ocorre que os cientistas responsáveis por essa determinação se debruçaram para outras relações, que até os dias atuais são consideradas significativas nas relações sociais existentes, sobretudo, de hierarquização de raças. Brancos eram considerados indivíduos superiores em relação a indivíduos negros e amarelos. Ademais, devido às características físicas (lábios, cabelos, formato do crânio) aqueles eram determinados superiores, inclusive, intelectualmente, e deveriam se manter em uma relação de caráter dominador.

Esse tema da racialização historicamente omitido como problema é explicado por Lília Schwarcz (2012, p. 44):

Quanto mais branco melhor, quanto mais claro superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor, mas também uma qualidade social: aquele que saber ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada. Nesse contexto, em que o conflito passa para o terreno do não-dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema.

Foi no período que corresponde ao século XVIII, no contexto de ideais iluministas, que o conceito de raça se consolidou como mecanismo fundamental na divisão humana. O que reafirma a divisão de classes divergentes, de um lado a raça branca, de outro, a negra e a amarela.

Ainda no iluminista, o modelo de sociedade passa a ser simbolicamente construído a partir do imaginário europeu, isto é, a civilização e o homem europeu passam a ser considerados parâmetros sociais. Ressaltamos esse contexto devido a atual conjectura social, a sociedade foi construída sócio historicamente no imaginário social a partir de um critério excludente o qual determina privilégios para aqueles que são detentores de determinadas particularidades individuais, a cor, a sexualidade, a religião (como exemplo, o candomblé).

Desse modo, sujeitos brancos, heterossexuais e católicos, por exemplo, são considerados como sujeitos de direitos sociais, enquanto que os demais sujeitos que não se enquadram nesses perfis são considerados à margem da

sociedade, apesar de constitucionalmente serem considerados iguais, não são detentores dos mesmos privilégios sociais.

O que ratifica Silvio Almeida (2019, p.20) quando diz que,

É nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possa operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea.

É nesse momento que o termo raça passa a funcionar no preenchimento de lacunas sociais, deixando de ser apenas um conceito filosófico e se enquadrando como central no que viria a ser uma destruição e submissão de um povo considerado inferior no contexto social. Logo, o termo não é utilizado em um contexto biológico, mas em um caráter evidentemente político, como afirmação da subjugação de povos não brancos.

É partindo de tal compreensão que chegamos aos movimentos de classes sociais como reafirmação de uma sociedade racista. O racismo foi cunhado numa ideologia de dominação, que inferioriza e desumaniza a pessoa negra. Essa ideologia se reafirmou e ainda hoje se reafirma sobre preceitos biológicos os quais, de maneira geral, legitimaram a dominação de indivíduos brancos sobre os não brancos.

Na sociedade brasileira, amparado por uma ideologia de dominação, deixada pelos povos europeus, emerge o sistema capitalista se enquadrando em um movimento de manutenção do status quo, no qual o que mais vale é a manutenção econômica daqueles que são economicamente abastados. O que ocorre é uma legitimação de poder, daqueles que são detentores de riquezas, a burguesia brasileira, sobre as classes mais desprovidas economicamente, dentre elas, o negro³.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2021, 72,9% da população preta e parda do Brasil vivem abaixo da linha da pobreza, com uma renda de aproximadamente R\$ 27,33, por dia. Em relação ao mercado de trabalho, apenas 29,5% da população preta e parda ocupam cargos gerenciais, enquanto que a população branca domina o quadro com 69,0 % das cadeiras ocupadas.

³ Desigualdade sociais por cor ou raça no Brasil. IBGE.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2023.

O Estado desempenha um papel fundamental, responsável pela elaboração de mecanismos de controle para a manutenção do capitalismo assegura a classe dominante, detentora tanto dos poderes aquisitivos como dos meios para a produção, a sua continuidade, enquanto para a classe trabalhadora, sendo a sua mão de obra explorada, também é assegurado uma continuidade, mas nesse caso, uma continuidade de explorações e contradições sociais.

Ademais, o Estado assegura a manutenção de uma ideologia baseada no pertencimento e no controle, o que é salientado por Almeida (2019, p. 62) que diz que,

O nacionalismo preenche as enormes fissuras da sociedade capitalista, afastando a percepção acerca dos conflitos de classe, de grupos e, em particular, da violência sistemática do processo produtivo. [...] O nacionalismo é o solo sobre o qual os indivíduos e grupos humanos renascem como parte de um mesmo povo, no interior de um território e sob poder de soberania.

O Estado atua como responsável por garantir a manutenção da ideologia de classes e quando esta não for suficiente, o uso da violência física para conter possíveis conflitos advindos da percepção dos antagonismos de classes,

[...] quando a ideologia não for suficiente, a violência física fornecerá o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis [...]. Esses fatores explicam a importância da construção de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de naturalizar a desigualdade (ALMEIDA, 2019, p.60).

A ideologia racista desempenha um papel primordial no que diz respeito à sustentação do capitalismo. Podemos observar tão fundamento nos impactos sofridos por economias de países africanos, por exemplo, em relação à economia de países europeus. O racismo atua, em caráter ideológico, no processo de assujeitamento dos indivíduos, isto é, os sujeitos atuam para além de sua consciência e vontades dentro dessa ideologia.

Assim,

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação (ALMEIDA, 2019, p. 58).

Diante desse contexto, compreendemos que a ideologia racista não se trata de algo cunhado recentemente, pelo contrário, essa ideologia firmou-se

sócio historicamente na sociedade. Através de discursos e práticas instauradas no bojo das instituições e políticas mantidas pelo Estado. Partindo desses pressupostos, compreendemos que o racismo está estruturalmente vinculado à prática política, o que queremos dizer é que as práticas políticas que visam o interesse, sobretudo, da classe burguesa, estão calcadas em movimentos de perpetuação da ideologia racista.

Desse modo, a ideologia se perpetua na legitimação do poder burguês. Se os indivíduos negros não alcançam determinadas posições de poder, não é devido a extensão dos conflitos e antagonismos de classe presentes na sociedade, mas por uma questão motivacional própria, o sujeito negro é responsável sozinho pelo seu desempenho em sociedade, se ele pretende chegar a um determinado cargo, por exemplo, ele precisa unicamente estudar, sendo deixado de lado toda e qualquer forma de discriminação social sofrida ao longo da história.

3.1.4 Brasil e sua herança escravocrata

O Brasil, inicialmente uma colônia portuguesa, é um país marcado pela brutalidade na constituição de seu povo. Apesar da máscara pacífica que carrega em relação à vivência de três raças, a construção do país foi marcada pelo massacre dos povos indígenas que aqui habitavam bem como daqueles que mais tarde viriam traficados às terras brasileiras.

No ano de 1549 é autorizado o tráfico de pessoas africanas na condição de escravizados. O Brasil, novamente, ocupa papel de destaque neste movimento, sendo considerado o país da América Latina que recebeu o maior número de seres humanos escravizados, segundo estimativas em torno de 560 mil pessoas africanas foram sequestradas do continente africano (GATES, 2014).

De acordo com Gates (2014), isso ocorreu por motivos econômicos e geográficos. Sendo o Brasil o país, em questões territoriais, mais próximo do continente africano tornava-se mais fácil para os colonizadores a extradição e o transporte dos africanos para cá. Quanto à ordem econômica, justifica-se pelo fato de que o Recôncavo baiano, atual capital da Bahia, Salvador, era reconhecido pela fertilidade de suas terras, contribuindo assim de maneira significativa para a principal e mais lucrativa da época, a açucareira “por isso no

século XVIII, açúcar e Brasil eram sinônimos. E praticamente todo o açúcar era produzido por escravos (GATES, 2014, p.20).

Os africanos que aqui chegavam desempenhavam as mais diversas atividades, dentre elas o cultivo de plantações de maneira braçal, sem remuneração e sem nenhuma condição digna de existência. Eram obrigados a se despir de sua cultura, de sua língua sendo condenados a viverem como coisas, sem nenhum direito de existência.

Nas palavras de Schwacz (2012, p.37),

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades e da posse de um homem por outro.

É tomando como ponto de partida tal contexto histórico, que apontamos para o fato de que mesmo formalmente abolido em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, mais de 100 anos após esse feito, o escravismo ainda é vivenciado cotidianamente na sociedade moderna pautado no peso de uma herança histórica, carregada de práticas que marginalizam e inferiorizam, seja através de posturas ou discursos à pessoa negra.

Ainda é válido destacar que a escravidão, apesar de abolida formalmente, perpetuava outras manifestações que afirmavam a submissão dos indivíduos negros. Muitos africanos permaneceram nas fazendas trocando a sua mão de obra por comida e moradia, tendo em vista que a lei Áurea proibia a prática escravocrata, no entanto, não designava nenhuma assistência para a cidadania desses povos.

Uma outra parte foi expulsa das colônias, que a partir do movimento abolicionista passaram a manifestar uma cultura de embranquecimento da sociedade, através da imigração europeia, na qual não se aceitava que indivíduos não brancos desempenhassem outra função a não ser a de escravos. O que ocorria neste momento era uma manifestação hegemônica alicerçada em preceitos políticos e sociais que tinha como finalidade o desaparecimento dos negros, mestiços, mulatos que ainda eram/ são considerados inferiores (Nunes; Ramos; Guerra, 2017).

Destacamos, nesse sentido, que a situação dos povos negros, após a abolição, não teve/tem mudanças significativas. A subjugação que gira em torno da pessoa negra se perpetuou pós-abolição e ainda é perceptiva nos dias atuais.

A partir de 1930, o país vivencia um contexto mercadológico, tendo como principal fator a industrialização, o qual origina:

Toda uma dinâmica institucional para a produção do discurso da democracia racial, em que a desigualdade racial – que se reflete no plano econômico – é transformada em diversidade cultural e, portanto, tornada parte da paisagem nacional” (ALMEIDA, 2019, p.66).

Ainda, Almeida (2019) salienta que o Brasil é um eficaz demonstrativo de como funciona a internalização dos contrastes sociais existentes. É constituído um imaginário social que institucionaliza o racismo, consolidando-se sobre o fato da miscigenação presente no país, ou seja, não há racismo, pois existe miscigenação.

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal (ALMEIDA, 2019, p. 51-52).

Os interesses políticos e econômicos que cercavam a sociedade brasileira consolidavam um movimento de apagamento do termo raça, sendo substituída pela expressão “cor” como uma forma de neutralizar qualquer tipo de discriminação racial, apontando para uma manifestação individual ou de pequenos grupos em qualquer caso de desigualdade racial (SILVA, 2021).

3.1.5 Movimentos de resistência negra

A trajetória dos movimentos negros, bem como a sua constituição e o contexto no qual se encontram inseridos em determinados momentos históricos são essenciais quando buscamos compreender os discursos atuais que possuem este caráter de mobilizar e denunciar práticas de teor racista.

Desse modo, consideramos pertinente abrirmos uma seção para discutir, de maneira breve, os principais movimentos de resistência realizados pelas pessoas negras. Iniciamos as discussões a partir dos principais movimentos de resistência negra à escravidão e nos estendemos até os dias atuais.

A condição de escravizados

Ao trazermos a discussão sobre a luta dos escravos em relação à condição de escravizados estamos falando também da luta contra o racismo, já que “inerente à própria organização da sociedade escravocrata, a discriminação racial manifestava-se sob todas as duas formas típicas” (BASTIDE e FERNANDES, 1995, p.74).

É válido ressaltar que a condição de escravizados imposta as pessoas negras não se tratou de um processo linear. A história da escravidão é/deve ser contada a partir dos movimentos de lutas e resistência. As pessoas negras foram despidas de sua cultura, de sua língua, de suas raízes familiares, e, portanto, existiram diversos movimentos contra o sistema escravocrata e, como já dito, racista.

As primeiras formas de resistência iniciaram mesmo antes dos povos escravizados saírem da África. Os negros e negras eram capturados, amarrados e colocados em armazéns enquanto esperavam os navios que os trariam para o Brasil. No entanto, tais situações não tinham um caráter passivo, nas palavras de Leite (2017, p. 67),

[...] resistiam de todos os modos possíveis, sendo mais comum a rebelião. Há registros de rebeliões na ilha de São Tomé; e também a bordo dos navios negreiros irromperam revoltas nas quais, os escravos matavam marinheiros e europeus, jogava-os nas águas salgadas do Atlântico e tomavam o comando dos navios.

De acordo com Reis e Gomes (1996, p.9),

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores. Rebelava-se individual e coletivamente. [...] Houve no entanto um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos.

As fugas, caracterizadas como uma das mais típicas manifestações contra o sistema, davam origem, em sua grande maioria, aos quilombos, que eram uma espécie de comunidade alternativa contra o sistema escravista/racista brasileiro.

É válido destacar que tomamos o conceito de quilombo aqui não como meramente um local de refúgio para aqueles que ansiavam a liberdade, mas, sim, como um meio de resistência ao sistema de escravidão e ao modo de produção, de política e de economia instaurado no Brasil.

Moura (2021, p. 21) aponta que,

[...] dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia. [...] Recorreram, por isso, a diversificadas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas e quilombos. É dessa última forma de resistência social que iremos nos ocupar. Ela representa uma forma contínua de os escravos protestarem contra o escravismo, configura uma manifestação de luta de classe.

Concordamos com Moura (2021) quando esse afirma que os quilombos se configuravam como um movimento de resistência, não somente um refúgio. Ainda, de acordo com o entendimento do autor, a escravidão de pessoas negras se reafirmava no racismo a partir de uma determinação racista de dominação. Os senhores consideravam os negros inferiores, pela cor de sua pele.

Leite (2017) aponta que houve intensidade no sistema opressor, mas a intensidade se estendia também as rebeliões e as diversas formas de resistência pelos sujeitos escravizados. Como dito, as fugas e, conseqüentemente, a formação de Quilombos não eram os únicos meios de resistência negra, alguns escravos forjavam doenças ou até mesmo suicidavam-se na tentativa de não serem mais tratados como propriedade. Segundo Maestri, 1994, p.40),

Os cativos se suicidavam mais que os homens livres. A causa imediata de um suicídio era, com frequência, um atentado falido, o medo de ser castigado, uma venda iminente, o não-cumprimento de uma alforria prometida, etc. Os cativos se matavam, deprimidos pelas péssimas condições de vida.

Os movimentos de resistência tinham como principal objetivo a libertação de escravizados, em sua maioria configuravam um caráter radical e clandestino. Nesse sentido, Leite (2017, p.65) diz que,

Como os escravos eram considerados propriedade privada, fugas e insurreições, além de causarem prejuízos econômicos, ameaçavam a ordem vigente e tornavam-se motivos de violenta repressão, não somente por parte dos proprietários de escravos, mas do próprio Estado. Mas a resistência sobreviveu apesar da repressão, e não desapareceu com a abolição. Pois com a extinção da instituição escravocrata, impõe-se aos ex-escravos a necessidade de luta contra o preconceito racial e pelo reconhecimento de direitos relacionados à cidadania, durante séculos negados.

Consideramos pertinente destacar que as insurreições por parte dos escravos eram condenadas por parte dos senhores. Isto é, os movimentos de fugas, formação de quilombos e até mesmo suicídios eram a única forma de resistir as situações deploráveis as quais eram submetidos, no entanto, se pegos nesses atos os escravizados sofriam duras conseqüências, sendo uma das principais, o castigo físico.

Ainda destacamos que as agressões físicas eram uma das principais formas de coagir os negros escravizados a obedecerem aos senhores brancos. Também eram usados numa tentativa de demonstração de domínio na relação senhor-escravo. Destacamos que tais castigos era uma prática prevista em lei, acobertada e guiada por um regimento que permitia tais práticas e ainda descrevia como essa deveria acontecer:

[...] depois de bem açoitado, o senhor mandará picar o escravo com navalha ou faca que corte bem e dar-lhe com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fêmea, será açoitada à guisa de baioneta dentro de casa com o mesmo açoite (LARA, 1988, p. 74-7)

Os castigos físicos variavam, açoites, máscaras de ferro, tronco, e, por vezes, resultavam na morte das vítimas, tal consequência, por vezes era o limite para a crueldade praticada. Nenhum senhor objetivava perder a sua mão-de-obra, tendo em vista o impacto econômico que tal perda causaria. Ainda assim, as inúmeras atrocidades praticadas levavam a morte dos escravizados, visto que as condições precárias não permitiam, algumas vezes, uma recuperação digna (NEVES, 1996).

Silva Filho (2008, p. 118-119) aponta que,

Difícilmente um escravo não morreria em consequência desse número excessivo de golpes desferidos. Se não morresse pela hemorragia provocada ou pela intensidade da dor sentida, morreria em decorrência de prováveis infecções surgidas nas chagas abertas, já que as condições higiênicas da época, mais precisamente das senzalas urbanas e cadeias públicas, eram muito precárias.

Em 1886, dois anos antes da assinatura da Lei Áurea, foi aprovada a lei de Nº 3.310 de 15 de outubro de 1886, a qual proibia penas de açoites a escravizados. A lei trazia como garantia que todos aqueles que cometessem alguma delinquência seriam julgados de acordo com o Código Criminal da época e as legislações vigentes, banindo, portanto, os castigos físicos para a população negra.

Mais de 130 anos se passaram desde a aprovação dessa lei e desde a abolição da escravidão. No entanto, se refletirmos sobre as estruturas sociais atuais, podemos perceber que a pessoa negra ainda sofre o peso de herança

escravocrata. Em 2019, por exemplo, um jovem de 17 anos ⁴foi amarrado, torturado e chicoteado dentro de um supermercado na cidade de São Paulo.

Ainda neste ano de 2023, na região norte de Minas Gerais⁵, quatorze pessoas foram encontradas em uma fazenda desenvolvendo trabalhos em situação análoga à escravidão. Segundo levantamento realizado, Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de resgates de pessoas nessas situações.

Desse modo, chamamos a atenção para o fato de que mesmo hoje sendo considerada crime, reflexos do período escravocrata ainda são latentes no Brasil. Deparamo-nos cotidianamente com situações em que a pessoa negra é colocada em situações que refletem a herança histórica carregada pela escravidão.

3.1.6 Inserção política feminina

Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2021, a população brasileira é majoritariamente ⁶feminina (51,1% da população correspondem a mulheres, enquanto 48,9% a homens), apesar das mulheres serem maioria da população, ao nos lançarmos ao âmbito político, deparamo-nos com uma desigualdade no que tange a participação feminina.

As eleições presidenciais de 2022 trouxeram uma porcentagem de 33,3% de candidaturas femininas, para esferas estaduais, distritais e federais, apesar de, comparado a outras eleições⁷, esse número representar o maior já registrado

⁴ MENDONÇA, Ana. **Jovem negro é torturado por seguranças de supermercado após tentativa de furto de chocolate.** Estado de Minas Nacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/09/03/interna_nacional,1082169/jovem-negro-e-torturado-por-seguranças-de-supermercado-apos-tentativa.shtml. Acesso em: 01 de julho de 2023.

⁵ PEREIRA, Marina. **Quatorze trabalhadores são resgatados em situação análoga à escravidão em fazenda de café no Norte de MG.** G1 Grande Minas. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2023/03/08/quatorze-trabalhadores-sao-resgatados-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-fazenda-de-caffe-no-norte-de-mg.ghtml>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

⁶ Conheça o Brasil – População. Quantidade de homens e mulheres. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 07 de janeiro de 2023.

⁷ EM 2018 foram registrados 31,6% de candidaturas femininas e em 2014 30,99%. **Número de mulheres candidatas é o maior das últimas três eleições gerais.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/16/numero-de->

de candidaturas femininas, apenas 17,28% do Senado é composto por mulheres. Ainda neste sentido, o ano de 2022 registrou o maior número de candidaturas de mulheres autodeclaradas pretas (18,13%) em comparação as eleições de 2014 e 2018.

Iniciamos esta discussão a partir de dados contemporâneos com o intuito de confrontarmos a situação política feminina, tendo em vista que não se trata de uma questão recente, mas, sim, de uma herança patriarcal construída historicamente. A presença de mulheres em espaços públicos foi resultado de um movimento de luta, estruturado por movimentos feministas. O sufrágio feminino foi uma luta única resultante de uma mobilização de mulheres de todas as classes sociais. No Brasil a luta se estendeu por 4 décadas, Estados Unidos e Inglaterra a luta perdurou por mais de 70 anos (ALVES e PINTAGUY, 2017).

Cabe ressaltar ainda que as primeiras transformações nas posições ocupadas pelas mulheres em sociedade ocorreram com a chamada Revolução Industrial. No século XVIII, marcado pelos términos das Guerras Mundiais, enquanto os homens saíam objetivando a guerra, as mulheres ocupavam espaços que antes não lhe eram permitidos, como no caso dos trabalhos fora dos lares.

Com a baixa mão de obra masculina e com o intuito de conseguir mão de obra mais barata e manter a alta circulação de capital, a mulher é inserida no trabalho fabril, como forma de suprir as necessidades industriais da época. Sobre isso, Alves e Pintaguy (2017, p. 50) dizem que,

[...] a afirmação de igualdade entre os sexos vai confluir com as necessidades econômicas daquele momento histórico. Valoriza-se mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, no momento em que se torna necessário liberar a mão-de-obra masculina para a frente das batalhas.

Este período entre as guerras é marcado por uma reorganização no papel das mulheres na sociedade, gerado, sobretudo, por uma questão econômica. Como é salientado por Alves e Pintaguy (2017, p. 36),

Este período é marcado pela preparação e pela eclosão de uma nova guerra mundial. Assim, a afirmação da igualdade entre os sexos vai confundir com as necessidades econômicas daquele momento histórico. Valoriza-se, mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, no momento

em que se torna necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha. Tal processo se dá, em particular, nos países diretamente envolvidos no conflito, em especial os EUA e a Inglaterra.

É válido salientar que mesmo após a volta dos operários de sexo masculino para seus lares, com o fim da guerra, muitas mulheres continuaram ocupando o trabalho industrial, tendo em vista as condições dos que retornavam ou até mesmo o não retorno devido a morte em combate. No entanto, em outros casos, com o retorno de alguns homens e inserção novamente em seus postos, muitas mulheres foram obrigadas a largarem suas funções e assumirem novamente as atividades domésticas (NOGUEIRA, 2004).

Ainda cabe destacar que a volta das mulheres para os serviços exclusivamente domésticos não era uma escolha garantida a essas, mas o resultado de uma movimentação ideológica de diferenciação de papéis sociais, ressaltados pelo sexo. Novamente nos amparando em Alves e Pintaguy, é dito que,

É com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminino o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da “rainha do lar”, exacerbando-se a mistificação do papel da dona de casa, esposa e mãe. Novamente o trabalho externo da mulher é desvalorizado, tido como suplementar ao do homem (2017, p.36).

Mais uma vez nos debruçando a esta contextualização com o período anterior ao século XIX, vale pontuarmos a respeito das condições precárias estabelecidas para o trabalho feminino nas grandes indústrias. Por mais que a Revolução Industrial tenha ocasionado um período de inserção da mulher no mercado de trabalho, o sistema capitalista intensificou também as desigualdades em relação ao trabalho exercido por homens.

Mulheres recebiam salários menores, mesmo desempenhando as mesmas funções, a carga horária era reduzida e os cuidados ditos “naturais” deveriam ser mantidos, como cuidar da casa, dos filhos e dos respectivos cônjuges. Após o casamento ou nascimento de seus filhos, as mulheres eram obrigadas a se ausentar dos empregos para se manterem inteiramente dedicadas ao lar.

Neste contexto, o século XIX é marcado por revoluções,

se caracterizou por duas frentes de luta do operariado: a luta por melhores condições de trabalho (salário, redução da jornada, repouso semanal, condições de higiene), e a luta pelos direitos de cidadania (o direito de votar e ser votado sem o critério censitário e a reivindicação de remuneração para os cargos de parlamento, posto que, como estes não eram retribuídos, somente os que tinham altas rendas poderiam desempenhá-los) (ALVES e PINTAGUY, 2017, p. 29)

No Brasil, o movimento de luta pelo direito de voto feminino não alcançou as mesmas proporções que no exterior. O movimento iniciou-se somente em 1910 com a fundação do Partido Republicano Feminino, criado no Rio de Janeiro, pela professora Deolinda Daltro. O intuito de criação do partido baseava-se na busca pelo retorno a temática política em relação as mulheres, tendo em vista que o assunto sufrágio feminino havia sido retirado das pautas desde 1891, na Assembleia Constituinte. Ainda buscava-se uma conscientização por parte das mulheres acerca dos seus direitos políticos, tendo em vista que ainda neste momento o direito ao voto só era permitido a homens (ALVES E PINTAGUY, 2017).

Ainda, em 1919 é fundado por Bertha Lutz a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, adotando táticas de pressão sobre os membros do Congresso com o intuito de mobilizar a opinião pública, a Liga, que mais a frente se tornaria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cunha seu objetivo de continuar a luta pelo sufrágio da mulher.

O período entre 1930 e 1940 é marcado pela adesão formal das reivindicações propostas pelas mulheres no que concerne ao ambiente público, como o direito de ingressar em instituições escolares, inserção no mercado de trabalho e o direito de votar e serem votadas.

No entanto, cabe destacar que, ainda que formalmente alcançado somente em 1932, no governo liderado pelo presidente Getúlio Vargas após publicação de decreto-lei⁸, o voto já era exercido por mulheres em pelo menos 10 estados do país, por influência do então presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, “em 1927 [...] este estado inclui em sua Constituição um artigo permitindo o exercício do voto às mulheres (ALVES e PINTAGUY, 2017, p.34).

⁸ O decreto referido é o de nº 21.076, Código Eleitoral Provisório.

Vale destacar que o direito concedido às mulheres, até este momento, não era pleno. Ainda não era obrigatório o direito de votar as mulheres, tal obrigação só era posta aos homens. Mulheres solteiras e viúvas poderiam votar de maneira livre, desde que obtivessem a renda necessária. Porém, para as mulheres casadas tal direito se restringia, sendo necessária autorização prévia do marido para que essas pudessem exercer a cidadania. Somente em 1946,⁹ a obrigatoriedade do voto se estende as mulheres.

Desse modo, em 1933, ocorre a eleição em todo o país para eleger os representantes da Assembleia Constituinte. Sete candidaturas eram femininas, todas concorrendo para o Distrito Federal, localizado no Rio de Janeiro na época, dentre elas Bertha Lutz, a qual recebeu o maior número de votos que apesar de expressivos não foi suficiente para assumir uma cadeira na Assembleia. No mesmo ano, pelo estado de São Paulo, elegia-se a primeira Deputada Federal a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, Carlota Pereira de Queiroz, médica e professora, consagra a sua vitória com uma média de 176 mil votos (MARQUES, 2019).

Mais de seis décadas se passaram, e, somente, em 1995, em meio a debates internacionais que tinham como ponto de participação de mulheres na política, é aprovada a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, também conhecida como a Lei de Cotas brasileiras. A presente lei entra em vigor estabelecendo normas para a realização das eleições municipais do ano subsequente, 1996. A lei citada traz como recomendação em seu artigo 10, no parágrafo 3º, que “vinte por cento¹⁰, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.”

Dois anos mais tarde, em 1997, é alterada pela Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições) a Lei de Cotas, a qual passa a recomendar, de acordo com o novo texto, que cada partido ou coligação deverá reservar um mínimo de 30% ¹¹(trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para

⁹ 82 anos da conquista do voto feminino. <https://www.tre-es.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

¹⁰ Lei 9.100, de 29 de setembro de 1995. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.100%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%201995.&text=Estabelece%20normas%20para%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o,Art. Acesso em: 12 de maio de 2023.

¹¹ Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 12 de maio de 2023.

candidaturas de cada sexo, aplicadas em direções municipais, estaduais e federais.

Os movimentos para garantir uma maior participação política de mulheres desde então se intensificaram. No ano de 2009, ocorre uma reforma eleitoral assegurada pela Lei de nº 12.034 a qual altera a Lei dos Partidos Políticos, e passa a tornar obrigatória, e não mais uma recomendação, a porcentagem de mulheres ocupando cargos políticos. A dita lei, ainda aponta para um percentual de sanção de 2,5% no ano subsequente, para os partidos e coligações que não cumprirem a determinação.

Ainda no texto da Lei nº 12.034, se é determinado que, no mínimo 5%, do Fundo Partidário¹² deva ser encaminhado para a criação de programas de promoção e difusão de participação política das mulheres. Por fim, a Lei ainda garante que a propaganda partidária gratuita seja difundida e também promovida para as mulheres, garantindo que no mínimo 10% do tempo sejam destinados a este compromisso, conforme o que for disposto pelo órgão de direção partidária.

Neste contexto de reformas na legislação para promover a maior participação de mulheres na política, em 2013, novamente a Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) sofre alterações. Há, neste momento, a inserção de um novo artigo (93-A) na Lei das Eleições, o qual estipula que durante um determinado período, em anos eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promova a propagação gratuita em televisão e rádio, objetivando uma maior participação feminina na política, bem como a igualdade de gênero.

Em 2015, com a minirreforma eleitoral, ocorre uma nova alteração, tornando obrigatória o incentivo pelo TSE o incentivo a participação de mulheres na política. E, somente em 2017, novas alterações são realizadas nas referidas leis anteriores, através da Lei nº13.488, a qual aponta para garantias não somente para mulheres, mas, também, para jovens e para a comunidade negra na política, o referido texto diz que,

O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda

¹² O percentual acima se encontra no inciso V, do parágrafo quinto da Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.034%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%202009.&text=Altera%20as%20Leis%20nos,julho%20de%201965%20%2D%20C%C3%B3digo%20Eleitoral.

institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.” (PLANALTO)

Cabe destacar que a participação de mulheres na política, por mais que não haja garantia de que as mesmas legislem em detrimento de causas femininas, torna-se relevante tendo em vista que essas fazem parte de um grupo sub representado (Miguel, 2000).

Por fim, como vimos, desde sua promulgação, inúmeros são os esforços, no âmbito legislativo, para promover uma maior participação feminina na política. No entanto, como vimos no início desta seção, mulheres ocupam ainda a sub representatividade quando se trata do âmbito político.

4. Análise Discursiva

Nesta seção, deteremo-nos na análise das Sequências Discursivas (SDs) que constituem o nosso *corpus* de estudo. Neste momento, faremos um diálogo com a teoria da Análise do Discurso, mobilizando pressupostos os quais surgiram através das necessidades postas pelo nosso objeto de análise.

Antes de iniciarmos propriamente a análise, consideramos relevante destacarmos o procedimento de coleta das SDs, os critérios utilizados, entre outros. Em primeiro lugar, é válido ressaltar que esta pesquisa se desdobra em um ambiente virtual, a rede social Twitter. O Twitter é uma rede social considerada um microblog, o espaço virtual permite que seus usuários escrevam e publiquem mensagens de até 280 caracteres. Jack Dorsey, Noah Glass, Evan Williams e Biz Stone foram os criadores da rede, nos Estados Unidos, em 2006. Desde outubro de 2022 a plataforma pertence ao empresário ¹³sul-africano-canadense, Elon Musk, naturalizado, norte-americano.

Consideramos pertinente esse recurso, tendo em vista o grande número de usuários ativos registrados e o número de mensagens diárias postadas nessa plataforma, o que nos possibilitou uma maior dinamicidade em relação à escolha dos discursos analisados neste estudo.

No que diz respeito à geração do corpus desta pesquisa, destacamos que seletamos quatro mulheres ocupantes de cargos políticos para a análise de seus

¹³ Elon Musk e Twitter: a cronologia da primeira negociação até a compra da rede social. <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/10/28/elon-musk-e-twitter-a-cronologia-da-primeira-negociacao-ate-a-compra-da-rede-social.ghtml>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

perfis. Em um primeiro momento, fizemos a seleção de duas deputadas federais e duas estaduais, todas eleitas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nas eleições presidenciais de 2018.

Ademais, selecionamos postagens da atuação discursiva dos sujeitos discursivos, a partir de seus perfis públicos no Twitter. Deste modo selecionamos, para a construção do corpus, publicações realizadas entre o ano de 2018 e 2022. Salientamos, que a seleção das Situações Discursivas (SD), ocorreram mediante um critério temático. Desse modo, seletamos postagens que apresentavam sequências discursivas relacionadas à temática do racismo. Reiteramos que todos os perfis selecionados para análise, são perfis públicos, logo, não consideramos necessária a preservação de identidade.

Para a coleta do corpus, faremos a seguir uma breve descrição de como pretendemos proceder:

1. Em um primeiro momento, realizamos a busca pelas postagens no período de tempo mencionado. Esse procedimento se torna possível devido ao fato de que o Twitter armazena por um período de tempo todas as mensagens publicadas pelos seus usuários. Outro fator pertinente que tornará possível o nosso acesso é o fato de o Twitter ser uma rede pública, portanto, qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pode acessar e pesquisar mensagens dos usuários, mesmo que não tenha uma conta ativa na rede.
2. O segundo passo foi fazer uma captura de tela (print), das publicações que desejamos salvar e que se adequavam aos critérios pré-estabelecidos.

Dito isso, faremos uma breve descrição dos perfis das mulheres negras, parlamentares brasileiras, selecionados para esta pesquisa, enfatizando aspectos que apresentam caráter relevante para o desenvolvimento do nosso estudo, como, a escolaridade, idade, grupos sociais aos quais pertencem, a trajetória política e as pautas defendidas em suas campanhas. Seguem abaixo os perfis das deputadas selecionadas para a construção desse *corpus*.

Áurea Carolina de Freitas e Silva, paranaense, 37 anos de idade. Foi eleita em 2018, deputada federal pelo estado de Minas Gerais, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Especialista em gênero e igualdade, formou-se

em Ciências Sociais, pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), e obteve o título de mestra em ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A deputada é defensora de projetos voltados ao feminismo, causas LGBTQI+, movimentos sociais de pessoas em situação de rua e negro.

Talíria Petrone Soares, natural do Rio de Janeiro, 34 anos de idade. Foi eleita em 2018, como a nona deputada federal mais bem votada do estado do Rio de Janeiro, filiada ao PSOL. É licenciada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), defende pautas relacionadas às causas sociais, à luta feminista, a grupos LGBTQI+ e às questões raciais.

Renata da Silva Souza, natural do Rio de Janeiro, 37 anos de idade. Foi eleita em 2018, a deputada estadual mais bem votada do estado do Rio de Janeiro, filiada ao PSOL. Formada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC – RJ), defende pautas, principalmente, relacionadas aos direitos humanos, à violência contra as mulheres e contra o racismo.

Erica da Silva, popularmente conhecida como Erica Malunguinho, é natural do estado de Pernambuco, 37 anos de idade. Em 2018, filiada ao PSOL, elegeu-se Deputada Estadual pelo estado de São Paulo, sendo a primeira mulher transexual a ocupar este posto. Mestra em Estética e História da arte pela Universidade de São Paulo (USP), atua principalmente em causas antirracistas, relacionadas às mulheres, às pessoas LGBTQIA+, à população carcerária entre outras.

A seguir, analisaremos SDs publicadas pelas Deputadas Talíria Petrone e Renata Souza, respectivamente. Consideramos, neste primeiro momento, a sequência temporal das publicações, deste modo, analisamos uma sequência discursiva de 2018 e outra de 2022 com o intuito de demonstrarmos a reiteração desses conteúdos nos perfis das deputadas.

Sequência Discursiva 1



Talíria Petrone ✓ @taliriap... · 15 de fev

Preto assassinado em supermercado. Preto fuzilado em favela. Preto soterrado em crime ambiental. Preto morto em tiroteio. Estão nos matando de todas as formas. Os assassinatos no Brasil têm cor. Não é possível uma política pela vida das pessoas que não passe pelo debate racial.

💬 170

↻ 3 mil

❤ 10,7 mil



Fonte: Twitter, 2018

O primeiro ponto que ressaltamos acerca da SD acima se consagra a partir das Condições de Produção deste discurso. O sujeito enunciativo, neste caso, o sujeito discursivo, a Deputada Federal Talíria Petrone, enuncia a partir de uma posição de poder perante a sociedade. Ela é mulher negra e Deputada Federal, isto é, ela ocupa um espaço que, historicamente, é cerceado a pessoas negras, e a partir desse espaço ela constrói a sua narrativa acerca do racismo, o lugar social ocupado pela deputada possibilita que esse discurso, de caráter denunciador, chegue a diferentes lugares sociais.

Em relação às Condições de Produção Ampla, compreendemos que a SD acima é constituída a partir de um contexto histórico socialmente construído, isto é, pessoas negras sempre foram subalternizadas e marginalizadas pela sociedade, o racismo se perpetua através de várias ações, e uma delas é a objetificação de indivíduos negros, tendo em vista o caráter de desumanização a que são submetidas, portanto, o direito à vida não é aplicado, como é evidenciado no primeiro período da SD1 “preto assassinado em supermercado, preto fuzilado em favela”.

Na sequência discursiva ainda notamos uma promoção de denúncia realizada pelo sujeito do discurso à lógica da sociedade de classes promove que as pessoas pretas estão em uma condição menos favorecida em relação aos brancos, a morte do preto é banalizada, devido ao processo sócio-histórico das

relações que foram se institucionalizando nas quais o preto é “mercadoria”, “objeto”.

O que é reforçado na sequência discursiva é justamente um caráter de insatisfação com o sistema de classes: “estão nos matando de todas as formas” (SD1). Percebemos que o sujeito também compartilha do sentimento de intolerância perante as situações cotidianamente vivenciadas por pessoas pretas no país, apesar de enunciar a partir de uma posição privilegiada, ocupante de cargo político, o sujeito do discurso se coloca em uma posição de pertencimento em relação ao que está sendo discutido, neste caso o racismo.

Ao analisar “[...] Os assassinatos no Brasil têm cor” (SD1) há acionamento de uma memória discursiva pela enunciadora, a problemática envolvendo a morte de pessoas negras não é de hoje, nos tempos escravocratas a expectativa de vida de pessoas negras na condição de escravizadas era baixa em relação aos não negros, haja vista as condições precárias as quais eram expostos.

Há também a notória repetição da expressão “preto”, (preto assassinado/preto fuzilado/ preto soterrado). Compreendemos que o uso repetitivo da expressão objetiva enfatizar o conteúdo exposto na publicação, dessa forma fazendo com que os interlocutores, neste caso os seguidores da deputada, aceitem todos os argumentos como verdades.

O sujeito do discurso relaciona a pessoa negra/preta a uma série de casos verídicos de violência ocorridos no Brasil. Ao fazer uso dessas situações a deputada ratifica o que será dito posteriormente “os assassinatos no Brasil têm cor”, isto é, a construção de argumentos utilizados por ela aponta para o reforço de sustentação do discurso que os crimes praticados no país, na maioria das vezes, ocorrem por questões étnicas e de classes.

Por fim, o sujeito afirma que “[...] não é possível uma política pela vida das pessoas que não passe pelo debate racial”. Pensando essa afirmação a partir de um contexto do trabalho, pessoas negras no Brasil ainda são inferiorizadas e marginalizadas pelo capitalismo. O racismo enquanto elemento estrutural da sociedade possibilitou a formação de uma sociedade movida pela ideologia racista de dominação, nociva para negros e negras, atrelados e atreladas a um projeto político, esquematizado pela classe dominante, em que a pessoa negra ainda é tratado como “mercadoria”. Visto que para a sociedade capitalista os movimentos em torno das questões raciais, como para quaisquer outras que

reivindicuem de sujeitos historicamente excluídos, direcionam-se para a superexploração da força de trabalho.

Sequência Discursiva 2



Fonte: Twitter, 2018

A SD acima publicada pela deputada federal, Talíria Petrone, chama-nos a atenção logo em seu primeiro período “Sérgio Camargo volta a atacar a memória do povo negro” (SD5). Neste primeiro momento, observamos logo no início da leitura que se trata de uma crítica direta ao jornalista e apoiador da militância direitista, Sérgio Camargo, o qual na época da publicação ocupava o cargo de Presidente da Fundação Palmares.

Tomando como base nossa fundamentação teórica, ressaltamos que não há aleatoriedade nas escolhas lexicais pelo sujeito enunciador, por trás de cada escolha, há sempre algo por trás (PÊCHEUX, 2009), e esse por trás reclama por um gesto interpretativo.

Os sujeitos do discurso determinados pela exterioridade ideológica, social e histórica comportam o equívoco da língua. A língua se inscreve na história e por este movimento produz efeitos de sentidos. Pêcheux (2009) afirma que a língua é a condição básica para o discurso e para tanto deve-se manter intrinsecamente ligada a ideologia e a exterioridade.

Ao partirmos para a interpretação dos dizeres da enunciativa, partimos da compreensão de que os processos discursivos, ao passo que se inserem em contextos ideológicos de classe, mantêm entre si relações contraditórias. O

discurso aqui é entendido como práxis social, o qual significa na e pela linguagem.

Nesse sentido, envolto no político, no social, no econômico, no cultural, o discurso aponta para a incompletude dos seus dizeres. Trata-se de um desvelamento das posições ideológicas assumidas ou rejeitadas pelo sujeito enunciador, bem como seus interesses de classes vivenciados em determinado momento histórico.

Retomando ao enunciado escrito pela autora, observamos a utilização da construção “volta a atacar” (SD5) ao realizar tal construção, compreendemos que a crítica realizada pela deputada não é unívoca. As escolhas lexicais da enunciatória abrem margem para entendermos que o então presidente da Fundação dos Palmares em outros momentos já realizou ações que desencadearam descontentamento ¹⁴do movimento negro em relação as medidas adotadas pelo seu governo, bem como algumas falas equivocadas do presidente.

Logo após assumir o cargo de Presidente da fundação, Sérgio, apoiador do então presidente Jair Messias Bolsonaro, chegou a declarar que ¹⁵no Brasil o racismo não existe e que, apesar de terrível, a escravidão beneficiou aos povos descendentes.

A Fundação dos Palmares foi fundada em 1988 e tem como pressuposto a disseminação da promoção e preservação dos valores relacionados à influência negra no país. A instituição ainda atuou com importante destaque no apoio e difusão da lei 10.639 de 2003, a qual tornava obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país.

Ainda percebemos na SD5 o acionamento da Memória Discursiva pelo sujeito enunciador. Talíria aponta para a fala do presidente e em seguida demonstra sua contrariedade com a sugestão do mesmo “[...] o presidente da Fundação Palmares disse que quer mudar o nome da instituição, que pode passar a se chamar “Princesa Isabel” (SD5).”

¹⁴ MORALES, Juliana. O papel da Fundação Palmares e as contradições que vivencia hoje. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-papel-da-fundacao-palmares-e-o-momento-contraditorio-que-vive>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

¹⁵ TESTI, Fabíola. **Novo presidente da Fundação Palmares nega existência de racismo**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-existencia-de-racismo>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

No caso em análise, percebemos que a enunciadora se vale de saberes anteriores de outras épocas para constituir a significação em sua fala. “[...] pode passar a se chamar “Princesa Isabel” através da memória discursiva produz um sentido no dizer atual. O enunciado acima está filiado a uma rede de sentidos construídos historicamente e determinados pela ideologia classista.

Ao apontar para esses acontecimentos na cena discursiva, a enunciadora demonstra conhecimento da história e da participação política da Princesa Isabel nos feitos abolicionistas. Entretanto, pela demonstração de descontentamento na fala da deputada, compreendemos que a princesa não merecia tal homenagem, a qual acarretaria na substituição da homenagem a Zumbi dos Palmares.

A princesa Isabel foi a responsável pela assinatura da Lei Áurea em 1888. A referida lei concedeu aos escravizados liberdade total. No entanto, é válido ressaltar que a sanção realizada pela princesa não se tratava de uma ação de misericórdia para com os escravos, o Brasil, na época uma monarquia, enfrentava problemas e a assinatura da lei era vista como uma forma de resposta a pressão republicana.

Por fim, o sujeito enunciator afirma que a troca de nome da instituição se constitui como “[...] apagamento da nossa história” (SD5), assim, conforme a deputada atribuir a princesa Isabel o nome de uma instituição a qual objetiva valorizar e difundir a cultura afro-brasileira, portanto, concedendo a esta todo clamor pela libertação do escravizados é, de certo modo, apagar a luta dos movimentos negros que se empenharam ao longo dos anos em tal feito.

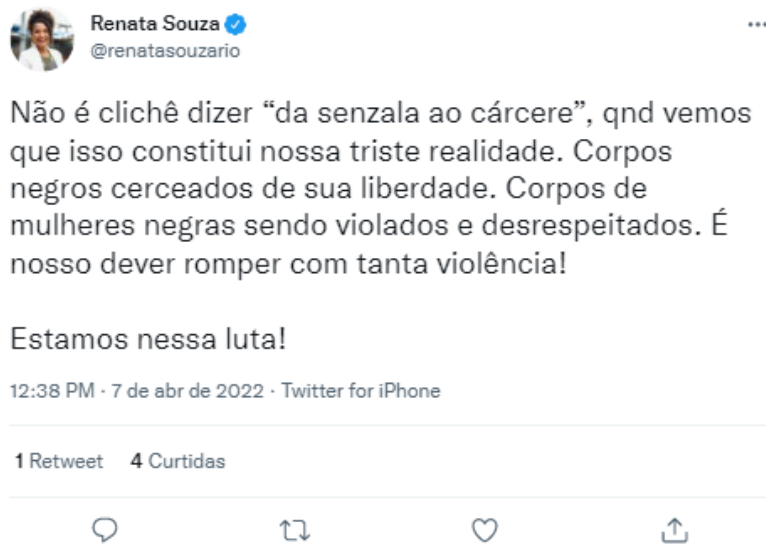
A utilização da palavra “apagamento” evidencia a contrariedade da deputada em relação à proposta, não se tratando, portanto, de apenas uma troca de nomenclatura, mas uma tentativa de invalidar os movimentos de lutas e resistências que constituíram o período escravocrata no Brasil. Ademais, compreendemos que a insatisfação se fundamenta no fato de que essa tentativa de apagamento está ocupando o espaço que deveria ser de defesa em relação a estes movimentos.

Ainda destacamos a escolha por utilizar o pronome possessivo “nossa” (SD5), ao se referir a história que estaria sendo apagada. Observamos que a enunciadora se coloca em uma posição de aproximação com os interlocutores,

não é somente a história de um determinado grupo, mas trata-se de uma história também vivenciada por ela, enquanto mulher negra.

A escolha lexical feita pela enunciadora destaca que a deputada, no momento de seu discurso, estabelece uma relação de fazer parte também desta questão histórica. Enunciando a partir de um lugar social que possibilita a constituição desses dizeres.

Sequência Discursiva 3



FONTE: TWITTER, 2022.

Chamamos a atenção para o primeiro período construído pela enunciadora nessa SD: “não é clichê dizer “da senzala ao cárcere”, qnd vemos que isso constitui nossa triste realidade” (SD2). Notamos nessa sequência que a Deputada chama a atenção em seu discurso para o encarceramento em massa de pessoas negras, o alto índice ¹⁶de sujeitos negros presos, de acordo com a Revista Consultor Jurídico, mais de 60% da população em encarceramento é preta, é um fator que vem tornando este assunto pauta de manifestações e discursos de militantes e defensores das questões étnico-raciais.

Cabe destacar, mais uma vez, a apropriação do sujeito ao se inserir no discurso propriamente dito “[...] vemos que isso constitui nossa triste realidade” e “[...] É nosso dever romper com tanta violência”. Nesse discurso, a deputada

¹⁶ De acordo com a Revista Consultor Jurídico, o índice de detentos negros é de 67,5% da população, tal porcentagem representa um aumento significativo em relação a pesquisas anteriores. População carcerária volta a aumentar, mas déficit de vagas diminui. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-10/populacao-carceraria-volta-aumentar-deficit-vagas-cai>. Acesso em: 18.07.2022

estadual do Rio de Janeiro, Renata da Silva Souza, manifesta, a partir do seu lugar social, uma posição crítica ao que a realidade sócio-histórica brasileira engendra como mecanismo de racismo institucional, tendo em vista o entendimento de que ela se vê também condenada a privações devido a sua raça/cor.

Segundo Pêcheux (2009, p. 50) “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele constituído como sujeito)”, sendo assim, consideramos que a enunciativa passa a ocupar um lugar não apenas horizontal, em relação as demais pessoas negras, mas se mostra em uma posição de poder que a possibilita denunciar e trazer à tona tais debates não como um pedido de tolerância, mas com um caráter de denúncia.

O aprisionamento de pessoas negras e a sobreposição dos privilégios de pessoas brancas marcam uma estratégia do sistema capitalista como uma espécie de contenção desses povos. O que pode ser percebido quando a deputada declara que “corpos negros cerceados de sua liberdade”, observamos o uso do verbo “cercear”, dentre tantas outras opções linguísticas, o sujeito discursivo se utiliza dessa. Destacamos o esquecimento de número dois “que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”, (ORLANDI, 2020, p.33).

Ainda neste segmento, destacamos a mobilização da Memória Discursiva na construção do discurso da deputada Renata Souza. Cercear não quer dizer somente privar a liberdade, mas significa um obstáculo que visa impedir também manifestações ideológicas dos sujeitos. Em vista disso, compreendemos que o sujeito negro não é privado somente de sua liberdade, mas, também, de seus ideais. A Memória Discursiva da enunciativa retoma, então, o cerceamento de liberdade dos povos escravizados, considerando que um dos principais pilares do escravismo foi a privação de liberdade e o negligenciamento de direitos a pessoas negras, o que acarretou em um movimento de coisificação da pessoa negra, como tentativa de anulação de aquisição de qualquer bem simbólico.

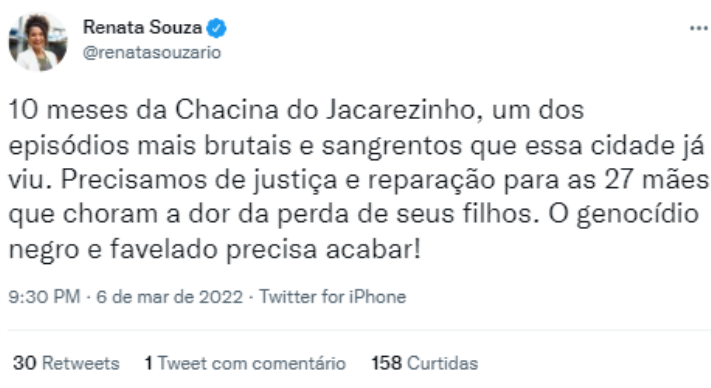
Ao enunciar “corpos de mulheres negras sendo violados e desrespeitados”, observamos o verbo “ser” em sua forma nominal do gerúndio - “sendo”, o que - caracterizando a continuidade desses atos de violência

cometidos contra mulheres, sobretudo, negras. Ao tratar de maneira contínua tais violações, não estabelece uma limitação a esses, deixando-se compreender que são atos que ainda serão repetidos permanentemente.

Ainda, percebemos o acionamento da Memória Discursiva pela enunciadora, não são recentes as violações sofridas por mulheres negras. Os europeus ao colonizarem o Brasil, depararam-se com as mulheres indígenas e as violências sexuais que elas sofreram nesse período marca o que para muitos autores, será o início do processo de miscigenação do país,

Como se vê, foram múltiplos os papéis da mulher indígena. Abusadas sexualmente, exploradas como escravas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos. [...] Geraram em seus ventres os primeiros mestiços brasileiros (LACERDA, 2010, p. 44).

Sequência Discursiva 4



Fonte: Twitter, 2022

Na SD em tela, observamos, novamente, o caráter de denúncia reiterado pelas escolhas lexicais feitas pelo sujeito enunciator, “[...] precisamos de justiça e reparação [...]”, “[...] o genocídio negro e favelado precisa acabar!” (SD6).

No primeiro período da publicação, compreendemos que a enunciadora se utiliza de adjetivos como “brutais” e “sangrentos” para se referir ao episódio que resultou na morte de vinte e oito (28) jovens residentes na favela do Jacarezinho no estado do Rio de Janeiro. Ao fazer uso desses adjetivos, a enunciadora demonstra sua repudia ao ocorrido.

A nível de contextualização, a chacina no Jacarezinho ocorreu em 2021. O episódio foi marcado por uma incursão policial na favela, a qual acarretou a

morte de civis e de um policial militar. A chacina é marcada por contrariedades¹⁷ nos depoimentos entre moradores e policiais.

Na construção do período três, a enunciativa se utiliza do verbo “precisar” marcado em terceira pessoa “precisamos”, a utilização desse recurso demonstra a preocupação do sujeito enunciativo em realizar uma manifestação de identificação e aproximação para quem está se dirigindo.

Ao afirmar que “[...] precisamos de justiça e reparação para as 27 mães[...]” (SD6), a deputada marca não somente a sua empatia com o outro, mas faz uma suplica direcionada a todos aqueles que a leem. É válido destacar, que nesse momento a enunciativa afirma que a justiça e reparação é direcionada para as mães dos jovens assassinados. Notamos novamente o caráter identitário em sua fala, ela, enquanto mulher, mãe, faz um pedido direcionado não para as famílias das vítimas, mas para as suas mães.

Para concluir, de uma maneira mais imperativa, a enunciativa diz que “o genocídio negro e favelado precisa acabar!” (SD6). Valladares (2000) afirma que o escravismo brasileiro deixou de herança a favela. Conforme o autor, após o período abolicionista do século XIX, as favelas se tornaram as principais alternativas de habitação para ex-escravos, negros, “livres” e pobres.

Ainda de acordo com o autor, a favela era considerada pelos burgueses a representação da pobreza. Visto pelo imaginário social como um ambiente sujo e perigoso, tal estereótipo foi/ é carregado historicamente.

Se trouxermos tais afirmações para o contexto atual, notamos que a visão estereotipada e marginalizada da favela se arrasta ao longo dos séculos. Mesmo após a abolição dos escravizados esses ainda continuaram vivendo em situações de marginalização, não muito diferente do que era ofertado nas senzalas, foi diante desse contexto que as favelas ganharam forma e ficaram a margem do governo.

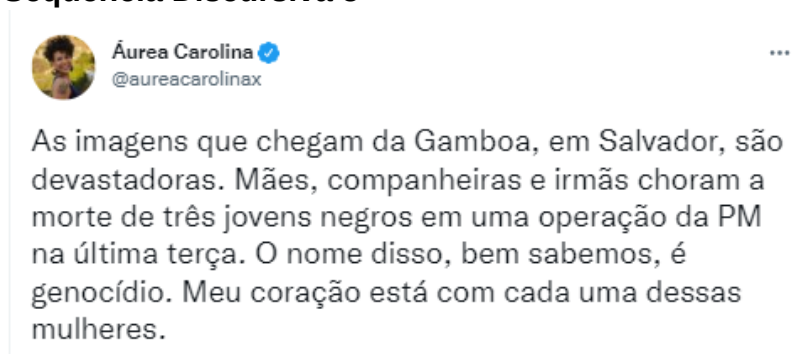
O pertencimento das favelas como uma habitação marginalizada conduziu para o desvio do olhar do poder público em relação a essas. Assim, a enunciativa em seu discurso chama a atenção para o fato de que é preciso acabar o assassinato de negros dentro das favelas. Compreendemos, a partir

¹⁷ Massacre no Jacarezinho completa um ano com 24 das 28 mortes arquivadas pelo MP. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/chacina-no-jacarezinho-completa-um-ano-com-24-das-28-mortes-arquivadas-pelo-mp/>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

desse pressuposto, que há na sociedade a cristalização de determinados discursos e que esse processo acarreta um efeito de verdade, de tal maneira, que a entrada de policiais armados e atirando em uma favela passa pelo senso comum como algo “naturalizado”.

Ademais, compreendemos por intermédio de Marx (2014) que a sociedade se constitui no antagonismo de classes entre aqueles que oprimem e aqueles que são oprimidos, e, ainda, uma luta política e econômica.

Sequência Discursiva 5



Fonte: Twitter, 2022

Podemos perceber na publicação em tela que o sujeito enunciador busca trazer para o seu dizer uma aproximação e identificação com os sujeitos envolvidos no discurso. Percebemos este processo de identificação na primeira oração da SD3 quando a deputada afirma que “As imagens que chegam da Gamboa, em Salvador, são devastadoras”, ao mesmo tempo que critica a sociedade.

Chama-nos a atenção o uso do adjetivo “devastadoras” ao se referir às imagens do assassinato dos três jovens. Compreendemos que essa escolha lexical se fundamenta na necessidade de demonstrar o sentimento de infelicidade e devastação vivenciado pelo sujeito enunciador.

A enunciativa em sua última oração ainda salienta que seu coração “está com cada uma dessas mulheres” (SD3). Tal afirmação novamente demonstra a necessidade do sujeito de se colocar em uma posição de proximidade, bem como identificação com os principais envolvidos na situação. A deputada busca significar suas palavras a partir da memória discursiva dessas, demonstrando a posição que a mesma busca assumir no momento de enunciação.

Para Pêcheux (1999, p.52):

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais

tecnicamente os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversais, etc.) de que sua leitura necessita: a condição mais legível em relação ao próprio legível [...]

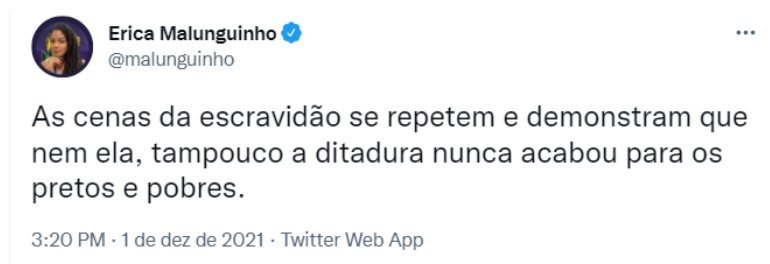
A situação descrita por Áurea “[...] Mães, companheiras e irmãs choram a morte de três jovens negros em uma operação da PM, na última terça” (SD3), refere-se a operação policial na cidade de Gamboa ¹⁸no estado de Salvador, no ano de 2022, que resultou no assassinato de três jovens moradores do local.

De acordo com relatos de moradores na época, os policiais chegaram na comunidade atirando e munidos de gás lacrimogênio. Ainda segundo depoimentos das famílias, os policiais envolvidos no massacre não permitiram o socorro as vítimas fatais.

Por fim, o sujeito enunciador aponta que “O nome disso, bem sabemos, é genocídio” (SD3), vemos aqui o linguístico constituindo-se na historicidade. Vale salientar a posição que o sujeito ocupa em seu discurso. Áurea, na época da publicação, era uma deputada federal, filiada ao PSOL, partido de formações ideológicas esquerdistas. Desse modo, vemos que o discurso da deputada se configura como um discurso de denúncia contra práticas discriminatórias em relação a pessoas negras.

A construção deste discurso mostra que a enunciativa está em uma posição totalmente contrária a abordagem realizada pelos policiais. O discurso aponta para a denúncia, não se trata de uma fatalidade, mas de um genocídio, isto é, do extermínio em massa de uma comunidade, neste caso, da população negra.

Sequência Discursiva 5



¹⁸ **Três pessoas são mortas em ação da PM na Gamboa, em Salvador; comunidade protesta.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/03/01/jovem-e-morto-e-outros-dois-sao-baleados-em-acao-da-pm-na-gamboa-em-salvador-comunidade-protesta.ghtml>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

Fonte: Twitter, 2021

Antes de iniciarmos a análise da referida sequência, consideramos pertinente fazermos uma síntese do contexto no qual se encontra inserida. A situação diz respeito a situação envolvendo um policial ¹⁹militar do estado de São Paulo e um jovem negro. O caso ocorreu no ano de 2021, na situação, o policial militar ao prender o jovem, por suspeita de tráfico, algemou e arrastou-o por mais ou menos 300 metros este em sua moto.

A materialidade acima demanda uma análise fundamentada na categoria da memória discursiva, uma vez que parte de uma retomada às situações e posições assumidas por pessoas negras na história. Compreendemos, portanto, que o discurso produzido pelo sujeito enunciador convoca sentidos e experiências passadas.

Conforme Orlandi (2020, p. 32), “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas „ nossas” palavras.” Historicamente, as pessoas negras foram escravizadas pelos europeus, pessoas brancas. De acordo com os padrões da época, o negro além de escravizado era submetido a uma série de torturas como forma de manter a dominação branca.

Ao negro era negada o pertencimento à condição humana, e ao acionar esta memória discursiva a enunciativa enfatiza que “as cenas de escravidão se repetem e demonstram que nem ela, tampouco a ditadura nunca acabou para os pretos e pobres” (SD4), ao salientar que a cena “se repete” compreendemos que o sujeito do discurso aponta que a referida situação não é isolada, mas que se trata de uma situação recorrente no cotidiano de quem é preto e pobre.

Ainda, podemos perceber as CPs nas quais a enunciativa se encontra inserida. A posição social ocupada pelo sujeito enunciador possibilita que esse ocupe determinados posicionamentos em sua fala. Não se trata de um sujeito comum, mas de uma mulher negra, ocupante de um cargo político, denunciando uma violação contra os direitos humanos.

¹⁹ TOMAZ, Kleber. **Governo de SP é condenado a pagar R\$10 mil de indenização a jovem negro algemado e puxado por PM em moto.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/28/governo-de-sp-e-condenado-a-pagar-r-10-mil-de-indenizacao-a-jovem-negro-algemado-e-puxado-por-pm-em-moto-veja-video.ghtml>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso em sua práxis social, deve ser compreendido a partir da articulação entre a língua, a ideologia e o sujeito histórico. Enquanto analistas, perceber o discurso a partir de seu funcionamento histórico, no qual se encontra inserido, torna-se fundamental para o que buscamos neste estudo.

Destacamos no decorrer de nosso estudo a importância da historicidade para a compreensão dos discursos atuais. A partir do percurso analítico percebemos que o discurso sobre as questões relacionadas ao racismo através de mulheres negras que ocupam cargos políticos possibilita uma maior visibilidade para as questões raciais no Brasil.

Assim, os nossos primeiros passos nesta pesquisa se deram por um exposto teórico da AD. Caminhamos pelos principais conceitos trazidos por esta teoria, tendo em vista o caráter basilar que estes trazem para este estudo. Percorremos através de algumas de suas categorias de análise, as quais mais tarde seriam utilizadas para os gestos interpretativos que iríamos realizar por meio das SDs selecionadas.

Ademais, foi a partir da compreensão da historicidade para a AD que tomamos como ponto de partida para nossa pesquisa, em um segundo momento, a historicidade que encadeia os conceitos de trabalho, capitalismo e racismo.

No terceiro momento, o qual foi dedicado às análises das sequências discursivas, identificamos que os discursos das deputadas apresentam um caráter de denúncia em relação a episódios racistas cotidianamente vivenciados por pessoas negras.

Neste momento, também recuperamos as condições de produção, bem como a memória discursiva no tocante às questões do racismo. Mariani (1998, p.38) afirma que “[...] podemos afirmar que pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem.” Defendemos que tais questões se constituem através das relações coloniais que se estendem desde o período escravocrata vivenciado no Brasil, o qual apesar de “encerrado” formalmente em 1888, não foi cessado de maneira totalitária da vida dos povos negros.

As publicações que compõem as sequências discursivas permitiram as análises que realizamos sobre o processo de transformação e denúncia acerca do racismo sob o olhar de deputadas, que antes de tudo são mulheres, negras e que também ocupam, por vezes, espaços estigmatizados.

A partir dos gestos de interpretação lançados por meio das análises compreendemos que os discursos constituem determinado modo e saber sobre si cooperando para as tomadas de decisões e posicionamento no próprio discurso das deputadas. Trata-se, de acordo com nosso entendimento, de escolhas lexicais que visam conduzir a reflexão do ouvinte, que também são eleitores, para as práticas de teor racista, assim como a importância dos discursos que as denunciam.

Compreendemos ainda que a rede social *Twitter* se configura como um espaço de viabilização de discursos políticos. Por se tratar de uma rede dinâmica, o Twitter possibilita interações e publicações instantâneas entre seus usuários. Os discursos publicados pelos sujeitos são visualizados por pessoas de diferentes regiões do país e fora dele, usuários ou não da rede, o que possibilita uma maior exposição destes.

Compreendemos que o espaço público ocupado por estas mulheres permite a produção de diferentes significações para seus discursos, os quais promovem as relações de poder. É também este espaço o responsável pela constituição de diferentes posições-sujeito.

Ao pensarmos nas mulheres autoras destas materialidades aqui analisadas, percebemos que um dos pontos que as unem, fora o gênero, a cor, e o partido político, é o caráter denunciativo de suas postagens. Todas as deputadas, as quais selecionamos os perfis, apresentam duras críticas ao sistema político e social que rege o Brasil.

Consonante aquilo que vimos em nossas análises, o racismo é a perpetuação de um sistema capitalista que deslegitimou pessoas por um critério de cor. Pessoas negras ainda constituem a base da pirâmide social, saindo da base somente quando o assunto é violência, pois nesse requisito, como apontado por dados de pesquisas realizadas no Brasil, ao longo deste estudo, são as pessoas negras que aparecem no topo dos índices de violências sofridas.

Através deste estudo, constatamos que as parlamentares contestam discursos originários historicamente, nos quais a pessoa negra restava a

inferioridade e submissão. A denúncia percebida em seus discursos nos leva a perceber que os discursos proferidos visam a desestruturação de um sistema racista.

Compreendemos, por fim, que os discursos publicados pelas deputadas não extinguem as ideologias políticas que as rodeiam, as escolhas lexicais e também as não escolhas para assumir ou rejeitar determinado posicionamento podem ser percebidos como uma estratégia política, tendo em vista que os interlocutores destes discursos são também eleitores e futuros eleitores.

Contudo, percebemos que, além do teor político marcado em suas falas ao apontarem para as pautas que as mesmas defendem, o espaço da rede social *Twitter* também possibilita a demonstração de inquietação por parte das deputadas em relação as situações vivenciadas, quase que diariamente, por pessoas negras.

A maioria de nossas análises foram baseadas em relatos de violência sofridas por sujeitos negros, é valido ressaltar que muitas de suas falas publicadas possuem uma tentativa de identificação e aproximação com grupo violentado, assim como uma tentativa de resistir as situações historicamente impostas e as denunciar, impondo posicionamentos, mesmo que os relatos não sejam necessariamente relacionados a vivências próprias dos sujeitos discursivos.

Por fim, por intermédio de todas as análises aqui realizadas e também por todo o olhar que lançamos a outras tantas sequências discursivas, compreendemos que através das tomadas de posição do sujeito é possível pensar na resistência e na denúncia, sendo esta de extrema relevância quando pensamos em um ato violento e desumano como o racismo.

Compreender que o espaço aberto por estas mulheres visa mais que uma reeleição no âmbito político, mas, também, é uma abertura para um campo de resistência nos leva a refletir acerca das transformações sociais que já aconteceram e podem continuar acontecendo em diversos âmbitos, em especial, a questão racista que solidifica a mais de 500 anos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Estado, direito e análise materialista do racismo**. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015. p. 747-767.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

CAVALCANTE, M. S.A.O. **Linguagem, discurso e ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: Edufal, 2017.

CAVALCANTE, M.S.A.O; SILVA SOBRINHO, H. F. **Das questões fundantes do discurso à instância da política**: uma síntese de múltiplas determinações. Maceió: Leitura, 2012.

COURTINE, Jean – Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2014.

LACERDA, Marina Basso. **“As mulheres no Brasil Colonial”**. Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** 2. Trad. Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B. **Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente**. Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v.10, n. 2, p.391 – 408, maio/ago.

MAGALHÃES, B. R da C. **A determinação da objetividade e as possibilidades da subjetividade**: real da história e real do sujeito. Fragmentum, n. 29, parte I. Laboratório Corpus: UFSM, Abr./Jun. 2011a.

MAGALHÃES, N. R da C. **As marcas do corpo contando a história**: um estudo sobre a violência doméstica. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **Trabalho, Gênero e Educação**. In: _____; BERTOLDO, Edna. (Org.). Trabalho, educação e formação humana. Maceió: Edufal, 2005.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v.1.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa, Edições 70, LDA, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital rumo a teoria da transição**. São Paulo: Boitempo.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria Política feminista e liberalismo**: O caso das cotas de representação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 15, nº 44, São Paulo. Out. 2000.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra, p. 1-17, 2004.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso** In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras, Vol. II, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, B. R.; RAMOS, V. S.; GUERRA, M. O. **A Destituição simbólica da globeleza**: a mudança no símbolo do carnaval. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 11., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: Alcar, 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13º ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988[1975].

PÊCHEUX, M. **A Análise automática do discurso**. In: Gadet F, Hak T, organizadores. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas (SP) Editora Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: as três épocas. In: GADET, Fraçoise; HAK, Tony. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Campinas – SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre [et al.]. Papel da memória. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 49-57.

SILVA SOBRINHO, H. F. **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA, S.B. **O discurso sobre a regulamentação do trabalho doméstico assalariado no Brasil**: atravessamentos de classe, gênero e raça. 2021.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães. Tese (doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, 2021.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**, Ensaio, São Paulo, n. 17/18, 1989.